

Cardoso, Gustavo; Costa, A. Firmino *et al.*, *A Sociedade em Rede em Portugal*, Lisboa:  
Campo das Letras, pp: 31-63; 113-138.

## Capítulo 2

### Processo de mudança estrutural na sociedade portuguesa

A sociedade portuguesa tem vindo a conhecer um significativo processo de modernização, traduzido em domínios tão diversos como a transformação das estruturas económicas e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a escolarização das novas gerações e a recomposição socioprofissional, a feminização e progressiva terciarização do trabalho, a urbanização da população e dos espaços, a alteração dos padrões demográficos e de vida familiar, a democratização das estruturas políticas e a mediatização do espaço público.

As mudanças verificadas são, sem dúvida, assinaláveis, e o ritmo da mudança não terá tido paralelo em muitos países, pelo menos nos tempos mais recentes. Todavia, tal processo de modernização está longe de ter sido linear, isento de obstáculos e contradições; e, acima de tudo, está longe de ter terminado.

Portugal encontra-se assim numa encruzilhada, associando traços e dinâmicas de modernidade, comuns a muitas das nações europeias (em relação às quais a comparação se torna inevitável), a vestígios de uma sociedade mais arcaica, que tendem a persistir e a obstruir algumas das transformações em curso. Enfrenta, por um lado, muitos dos novos desafios e paradoxos das sociedades actuais – veja-se o envelhecimento populacional, a emergência de novas formas de pobreza, a crise das estruturas democráticas ou a mediatização da sociedade. Mas, por outro, suporta os atrasos induzidos pela manutenção de antigas estruturas e disposições sociais, obstáculos ao necessário, e tão comentado, processo de convergência. Exemplos desses atrasos são a especialização económica em sectores de fraca intensidade tecnológica, a manutenção de deficientes níveis de qualificação da população, a insuficiência dos apoios sociais ou o ainda limitado desenvolvimento das novas classes médias. É, neste sentido, que se torna pertinente falar de Portugal como cenário de “processos de uma modernidade inacabada” (Machado e Costa, 1998),

como um "país dual" (Conceição e Heitor, 2003), onde inovação e apego a antigos modos de estar e fazer se cruzam e se sobrepõem, ou como palco de um desenvolvimento intermédio, numa condição híbrida de "semiperiferia" (Santos, 1993). Epitétos como estes resultam de análises teóricas e substantivamente diversas, mas convergem na identificação do carácter complexo e, não raras vezes, contraditório da sociedade portuguesa do final do século XX e início do século XXI.

Parte-se, pois, do pressuposto de que compreender a transição portuguesa para o que Manuel Castells (2002, 2003) conceptualiza como sociedade em rede, na sua dupla dimensão social e tecnológica, implica conhecer a posição particular em que o país se encontra, na viragem para o terceiro milénio, as evoluções a que tem sido sujeito e que ele próprio protagoniza. É esse o sentido deste capítulo. Nele se cruzam dados de fontes secundárias – nomeadamente publicações estatísticas, mas também diversos estudos sobre a realidade portuguesa – com informações directamente recolhidas através da pesquisa agora apresentada. Sempre que possível, o cenário e os processos descritos e analisados são comparados com outros países, designadamente da Europa.

### **Economia: novos desafios e velhas fragilidades**

A história da sociedade portuguesa no último meio século é, do ponto de vista económico, marcada de forma indelével por um forte e relativamente constante crescimento dos níveis de rendimento, bem como por uma intensa e progressiva abertura ao exterior. Se atendermos à evolução registada nos últimos cinquenta anos nos países da OCDE, Portugal encontrase claramente entre aqueles que beneficiaram de uma mais alta taxa média de crescimento anual (Mateus, 1998; Murreira, Nicolau, Mendes e Martins, 2001). Tal não foi contudo suficiente, até ao momento, para superar o histórico atraso estrutural. As comparações internacionais com os países mais desenvolvidos, nomeadamente com as médias europeias, mantêm-se desfavoráveis a Portugal, sob o ponto de vista de importantes indicadores económicos e sociais.

Tês momentos chave são de destacar na evolução económica do país nas últimas décadas (Mateus, 1992; Barreto, 1996; Mateus, 1998; Viegas e Costa, 1998; Murreira e outros, 2001; DGEF, 2002).

A adesão à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), no início da década de 60, marcou uma importante abertura económica e o fim da política de substituição das importações. O aumento da concorrência e dos contactos com o exterior favoreceram uma gradual reestruturação e modernização do tecido empresarial, nomeadamente com a perda de protagonismo da agricultura e pesca – que no final da década de 50 representavam ainda 27% do PIB – e com uma maior importação de tecnologias de produção (Mateus, 1998; DGEF, 2002). Paralelamente, os anos 60 foram marcados pela emigração de um importante contingente da população, que passa assim a contribuir para a economia nacional com significativas remessas e que reforça o grau de abertura da sociedade ao exterior. A taxa de crescimento médio anual do PIB per capita atinge, no período de 1953 a 1973, os 5,6% (Mateus, 1998).

A revolução desencadeada a 25 de Abril de 1974, ditando o fim da ditadura vigente, conduziu por seu turno, a uma progressiva democratização das estruturas políticas e a uma significativa modernização da sociedade – manifesta entre outros, no aumento dos níveis de escolaridade, no reforço da protecção social, no acréscimo do poder de compra ou no acesso a um maior e mais diversificado leque de bens de consumo (Viegas e Costa, 1998). É um período marcado pelo impacto da nacionalização de parte significativa das estruturas empresariais – em áreas chave como a banca, os transportes ou a comunicação social, entre outras – fruto da política de forte intervenção do Estado na economia então concretizada (Viegas, 1996). A instabilidade social, política e económica vivida a nível interno nesse período, o desequilíbrio dos indicadores macroeconómicos e ainda a conjuntura internacional desfavorável (decorrente, em especial, dos choques petrolíferos), ditaram contudo um abrandamento do crescimento económico – para valores em torno dos 3% anuais, entre 1975 e 1985 (OCDE, 2002a).

A adesão em 1986 à União Europeia – à data Comunidade Económica Europeia – voltou a assinalar o início de um período de grande progresso económico e convergência para os níveis de rendimento europeus, pese embora os abrandamentos conhecidos aquando da crise económica internacional do início da década de 90 e nos primeiros anos do século XXI (Mateus, 1992; Mateus, 1998; Murreira e outros, 2001). A inflexão das tendências de crescimento económico e de expansão do consumo vividas neste último período, e a dificuldade de retoma, geram

1

2

3

uma situação de alguma indeterminação quanto ao futuro próximo. É para já difícil assegurar se se trata de um mero acontecimento pontual ou do início de um novo ciclo.

Tal como nos anos 60, a crescente abertura comercial e financeira ditada pela adesão veio exigir às empresas e ao Estado um reforço da competitividade, conduzindo ao investimento na requalificação das unidades produtivas, na modernização das infraestruturas de apoio e no desenvolvimento dos sistemas de ensino e formação. Este esforço foi beneficiado, a nível financeiro, quer pelos fundos comunitários destinados ao desenvolvimento da economia portuguesa, quer pelo crescente investimento estrangeiro, quer ainda, mais recentemente, pela baixa das taxas de juro resultante do equilíbrio macroeconómico suscitado pelos compromissos da moeda única europeia. O papel dos fundos estruturais terá estado longe de se restringir ao plano quantitativo (as transferências comunitárias, aliás, mantiveram-se aquém das remessas dos emigrantes). O seu principal efeito terá sido qualitativo, ao dinamizar um largo conjunto de investimentos estruturantes do processo de modernização da economia nacional e induzir a renovação das estruturas produtivas e dos serviços do Estado (Mateus, 1992).

Data também da década de 80 a progressiva mudança, entre as elites políticas dominantes, da orientação face ao papel de regulação económica e social do Estado, num processo que culmina com a privatização de boa parte das empresas públicas (Viegas, 1996).

Este período registou, por outro lado, um importante acréscimo dos níveis de consumo, bem como de endividamento das famílias e das empresas, dinamizando o mercado interno e a economia portuguesa em geral, mas colocando simultaneamente algumas questões quanto às perspectivas de manutenção futura dos ritmos de crescimento por essa via até então alcançados (Mateus, 1998).

Portugal assume-se pois, na viragem para o terceiro milénio, como uma economia pequena, com um reduzido mercado interno, mas aberta e plenamente integrada no espaço europeu. O seu forte grau de abertura ao exterior traduz-se quer no crescimento tendencial do comércio externo, em particular após 1986, quer também nos fluxos de investimento externo - em ambos os casos tendo como origem/destino principal a União Europeia (Mateus, 1992; Mateus, 1998).

O peso relativo do comércio externo português no seio da OCDE, ou mesmo da União Europeia, mantém-se extremamente reduzido, reflexo da própria dimensão da economia nacional. Mas a taxa de exportação - rondando os 38% no final da década de 90 - aproxima-se já bastante da média europeia, indiciando o dinamismo que a economia portuguesa veio a alcançar nos últimos anos do século XX. Neste âmbito, terá sido decisivo, entre outros, o crescimento do sector dos produtos metálicos, nomeadamente da fileira automóvel, fortemente suscitado pelo investimento estrangeiro, e em particular pela instalação do complexo Ford-Volkswagen (Lança, 2000; OCDE, 2002a; GEPE, 2003).

Aumento semelhante verificou-se no que toca às importações - quer por via do crescimento do consumo privado, quer também pela importação de bens de equipamento. A balança comercial permanece assim deficitária, flutuando a taxa de cobertura em torno de um valor médio de cerca de 70%. Mas o aspecto porventura mais inquietante prende-se, não com este défice - comum a outras economias desenvolvidas - mas com o facto das exportações portuguesas se manterem centradas em produtos de baixa intensidade tecnológica e reduzido valor acrescentado, resultado directo da manutenção do tradicional padrão de especialização da economia nacional (Mateus, 1992; Mateus, 1998; Godinho e Mamede, 2004).

O investimento estrangeiro em Portugal manteve, por seu turno, níveis bastante reduzidos até ao período de adesão à União Europeia, momento a partir do qual o país começa a suscitar um maior interesse por parte dos investidores estrangeiros, regra geral grandes companhias europeias ou empresas norte-americanas e japonesas a operar a partir de filiais na Europa. O impacto destes investimentos está longe de atingir os níveis registados noutros países, mas é ainda assim bastante significativo, em particular nos sectores mais dinâmicos da economia. E não é de menosprezar o efeito de demonstração que muitas empresas de capital estrangeiro terão na difusão de novos modelos de inovação e gestão organizacional (Mateus, 1992). Já o investimento português no exterior - canalizado essencialmente para a vizinha Espanha e para o Brasil - é bastante mais circunscrito e recente, reflectindo a reduzida dimensão da generalidade das empresas portuguesas. Tem vindo contudo a crescer, fruto do empreendedorismo e dos recursos patentes entre alguns grupos empresariais (Mateus, 1998).

A progressiva convergência dos indicadores económicos nacionais para os níveis europeus permite, em termos gerais, a sua inclusão no grupo dos países desenvolvidos. Vários são os aspectos em que importantes melhorias foram registadas: na capacidade de adaptação das empresas aos novos desafios económicos, na captação de investimentos, no alargamento da procura externa, nos consumos das famílias, etc. Contudo, o país mantém ainda muitas das debilidades económicas e sociais que há décadas atrás constrangiam o seu desenvolvimento. Tal reflecte-se na persistência de níveis de rendimento *per capita* comparativamente bastante reduzidos - cerca de 70% da média comunitária durante os anos 90 (quadro 2.1) - e dos piores índices de pobreza da União Europeia (DEPP, 2000; Eurostat, 2003). Apesar do crescimento económico verificado, não só novos tipos de pobreza e exclusão social têm vindo a aumentar - como são os casos associados aos desempregados de longa duração, aos sem abrigo, aos jovens em risco e aos grupos étnicos minoritários, também problemáticos em muitos países desenvolvidos - como também formas mais tradicionais tendem a persistir, ligadas, entre outros, ao campesinato, à velhice sem apoio social significativo e às inserções profissionais menos qualificadas (Capucha, 1998).

Um dos principais problemas enfrentados pela economia portuguesa prende-se com a relativamente reduzida taxa de produtividade nacional (Mareus, 1998; DGEP, 2002, Godinho e Mamede, 2004). Na verdade, os índices de produtividade aumentaram de forma bastante considerável - e a um ritmo superior ao registado na generalidade dos países da OCDE - muito em particular graças aos aumentos assinalados no que respeita à produtividade do trabalho (OCDE, 2002a). Tal aumento - em geral explicado pela situação anterior particularmente desfavorável e pelos esforços de modernização entretanto efectuados - esteve contudo longe de ser suficiente para garantir uma convergência satisfatória face aos valores europeus (quadro 2.1). A situação é especialmente crítica no que toca à produção por hora trabalhada. Na verdade, o número médio de horas de trabalho dos portugueses tem sido superior ao da média dos cidadãos europeus, sem que isso implique ganhos significativos de produtividade (DGEP, 2002). O PIB por hora trabalhada representa ainda, em 2001, 59% da média comunitária.

Quadro 2.1 Comparação internacional de indicadores de rendimento e produtividade de 2001 (% da média da União Europeia)

País	PIB per capita <sup>1</sup>	Produtividade do trabalho	
		PIB <sup>1</sup> por empregado	PIB <sup>1</sup> por hora trabalhada
União Europeia	100,0	100,0	100,0
Alemanha	103,0	97,3	107,0
Áustria	112,0	98,6	103,0
Bélgica	108,0	119,6	124,8
Dinamarca	114,3	98,0	105,4
Espanha	83,8	93,6	82,1
Finlândia	103,1	102,3	96,1
França	103,1	113,5	118,1
Grécia	64,4	80,9	67,1
Holanda	114,3	99,0	117,2
Luxemburgo	194,6	138,5	134,3
Irlanda	117,5	116,0	110,5
Itália	107,5	112,6	111,7
Portugal	68,9	63,1	58,9
Reino Unido	102,7	91,9	85,7
Suécia	101,8	93,1	92,6
Estados Unidos da América	139,2	118,6	113,1
Japão	104,7	89,8	77,8

Em paridade de poder de compra.  
Fonte: Eurostat (2003).

Vários factores têm sido sistematicamente apontados na explicação desta fragilidade da economia portuguesa, alguns dos quais serão adiante alvo de atenção mais pormenorizada, como é caso dos baixos níveis de escolaridade e qualificação, a fraca utilização das novas tecnologias em

contextos produtivos ou o escasso investimento em I&D. Mas um aspecto igualmente decisivo é a própria estrutura do tecido empresarial.

O panorama económico português mantém-se esmagadoramente dominado por micro, pequenas e médias empresas, frequentemente de natureza familiar, muitas delas com uma gestão pouco profissionalizada (Mateus, 1992; Guerreiro, 1996; Lança, 2000). Verificou-se um progressivo crescimento dos serviços e de alguns sectores industriais de maior intensidade tecnológica - em termos gerais entendidos como tendo melhores prestações no domínio da produtividade. É disso exemplo a dinamização do sector financeiro, fortemente estimulado pelos processos de privatização, ou da indústria automóvel e de produtos eléctricos, cujo crescimento resulta, em larga medida, do investimento estrangeiro (Mateus, 1998; Murteira e outros, 2001). No entanto, a economia portuguesa conserva-se fortemente especializada em sectores tradicionais, como os têxteis, confecções, calçado, a alimentação, bebidas e conservas, os artigos de madeira e cortiça, a cerâmica e os produtos minerais não metálicos. Em geral utilizando intensivamente mão-de-obra pouco qualificada, estes sectores tendem a produzir bens de reduzido valor acrescentado, não conseguindo aumentar significativamente os níveis de produtividade e estando sujeitos a uma forte concorrência internacional (Lança, 2000).

Ainda assim, alguns dados apontam para o facto do sucesso relativo da indústria transformadora portuguesa no processo de convergência com as economias mais avançadas da União Europeia poder dever-se, em larga medida, à forte modernização registada precisamente entre algumas destas indústrias de baixa intensidade tecnológica, com grande protagonismo no contexto nacional (Godinho e Mamede, 2004).

As áreas de actividade de maior intensidade tecnológica, embora cada vez mais significativas, têm ainda em Portugal uma expressão relativamente reduzida. Veja-se o caso das indústrias de média ou alta tecnologia, cujo valor acrescentado representava, em 1999, 4% do PIB português - cerca de metade da média europeia, não obstante o facto do país registar, entre 1995 e 1999, a segunda maior taxa de crescimento anual neste indicador. Ou mesmo o exemplo dos serviços de conhecimento intensivo, cuja contribuição era de 26% quando a média europeia rondava já os 33% (EC, 2002). Os ganhos de produtividade por esta via alcançados têm sido assim insuficientes.

A distribuição do emprego por sectores de actividade confirma precisamente este cenário. Portugal tem acompanhado a tendência generalizada para o aumento das inserções profissionais no âmbito dos serviços, em detrimento dos sectores extractivo e, mais recentemente, da transformação (quadros 2.2 e 2.3).

Quadro 2.2 Distribuição do emprego por sector produtivo e respectivos subsectores, Portugal, 1955-2001 (%)

SECTORES	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2001
I										
Extractivo	48,6	43,9	35,9	28,1	23,8	19,7	17,5	13,5	12,8	5,4
Agricultura	47,7	43,1	35,3	27,6	23,3	19,2	17,1	13,1	12,5	5,0
Mineração	0,9	0,8	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3	0,4
II										
Transformação	23,7	27,4	32,0	33,4	35,0	37,2	36,7	36,9	33,3	34,7
Construção	4,6	6,4	7,0	7,5	8,9	10,5	10,1	10,0	10,2	12,3
Electricidade, gás e água	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,7	0,8	0,7	0,6	0,7
Indústria	18,8	20,6	24,5	25,3	25,6	26,0	25,8	26,2	22,6	21,7
Alimentar	2,5	2,5	2,8	3,0	2,7	2,8	3,0	2,9	2,6	2,1
Têxtil	6,7	6,3	8,0	8,2	8,1	8,0	9,0	10,4	8,5	5,7
Metabúrgica	0,4	0,3	0,5	0,6	0,5	0,7	0,8	0,6	0,4	2,4
Máquinas e equipamentos	2,5	3,4	4,0	5,0	5,8	5,6	5,1	5,0	4,7	3,2
Produtos Químicos	1,7	2,4	2,2	2,0	1,9	2,1	1,8	1,5	1,2	1,2
Diversos <sup>1</sup>	5,0	5,7	7,0	6,6	6,5	6,7	6,0	5,8	5,1	7,1
III										
Serviços de distribuição	9,5	10,7	13,1	15,7	16,8	16,7	16,0	17,0	19,0	21,0
Transportes	3,0	3,0	3,0	3,5	3,6	3,9	3,7	3,7	3,3	4,5
Comunicações <sup>2</sup>	0,5	0,7	0,8	0,9	1,1	1,1	1,2	1,1	1,1	-
Comércio	6,0	7,1	9,4	11,3	12,1	11,7	11,1	12,2	14,6	16,5
IV										
Serviços relativos à produção	0,8	0,9	1,1	1,7	2,2	2,5	3,2	3,8	4,6	7,9
Actividades financeiras	0,4	0,4	0,5	0,8	1,0	1,3	1,6	1,6	1,7	2,1
Seguros <sup>3</sup>	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	-
Actividades imobiliárias	0,2	0,2	0,3	0,7	0,8	0,8	1,2	1,8	2,5	5,8
V										
Serviços sociais <sup>4</sup>	7,1	7,6	8,6	12,0	13,1	14,8	16,9	18,5	19,3	20,6
VI										
Serviços pessoais <sup>5</sup>	10,3	9,5	9,3	9,2	9,1	9,0	9,6	10,3	11,0	10,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

<sup>1</sup> Inclui indústrias da madeira e cortiça, do papel, tipográficas e afins, de produtos minerais não metálicos; e outras indústrias transformadoras.

<sup>2</sup> No ano de 2001 os valores relativos às comunicações estão incluídos na categoria dos transportes.

<sup>3</sup> No ano de 2001 os valores relativos aos seguros estão incluídos na categoria das actividades financeiras.

<sup>4</sup> Inclui administração pública e defesa; serviços de saneamento e limpeza, serviços sociais e similares; serviços recreativos e culturais; e organismos internacionais e outros.

<sup>5</sup> Inclui serviços pessoais e domésticos; e restaurantes e hotéis.

Fonte: Banco de Portugal (s.d.) e INE, Recenseamentos Gerais da População, adaptado de acordo com o apresentado em Castells (2002).

Boa parte dos jovens integrados no mercado de trabalho concentra-se aliás, segundo os dados recolhidos directamente nesta pesquisa, no sector terciário - nomeadamente no comércio, nas comunicações, nas actividades financeiras e imobiliárias ou nos serviços sociais - sendo muito raras as inserções no sector extractivo. O país viveu, contudo, um processo de industrialização comparativamente bastante tardio. Manteve durante largas décadas um enorme contingente agrícola, ainda hoje significativo em termos internacionais; e a pressão em prol do desenvolvimento dos serviços foi mais fraca do que noutras países desenvolvidos, pelo que o peso relativo do emprego neste tipo de actividades se apresenta ainda relativamente baixo, em particular entre a população mais velha.

Quadro 2.3 Distribuição do emprego por tipo de sector produtivo e respectivos rácios, Portugal, 1955-2001 (%)

Tipo de sector produtivo	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2001
Indústria <sup>1</sup>	72,0	70,8	67,4	60,9	58,2	56,2	53,4	49,7	45,6	39,3
Serviços <sup>1</sup>	28,0	29,2	32,6	39,1	41,8	43,8	46,6	50,3	54,4	60,7
Serviços / indústria	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	1,0	1,2	1,5
Gestão de produtos <sup>2</sup>	81,0	80,9	79,8	75,8	74,0	71,8	68,2	65,6	63,4	60,3
Gestão de informação <sup>2</sup>	19,0	19,1	20,2	24,2	26,0	28,2	31,8	34,4	36,6	39,7
Gestão de informação/ gestão de produtos	0,2	0,2	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7

<sup>1</sup> A indústria soma os sectores extractivo, da construção e da transformação; os serviços incluem os restantes sectores.

<sup>2</sup> A gestão de produtos inclui o sector extractivo, da construção, da transformação, dos transportes (no ano de 2001 é também incluído o sector das comunicações) e do comércio; a gestão de informação integra os serviços públicos, as comunicações (exceto para 2001), serviços relativos à produção, serviços sociais e serviços pessoais.

Fonte: Banco de Portugal (2003) e INE, Recenseamentos Gerais da População, adaptado de acordo com o apresentado em Castells (2002).

O sector dos serviços representava, em 2001, cerca de 60% do total do emprego; valor que, apesar da evolução positiva, se mantém significativamente abaixo do registado noutras economias desenvolvidas. A título de exemplo, em 1991, este correspondia já a 75% do emprego nos Estados Unidos da América, e a cerca de 70% no Reino Unido e em França. Aliás, em Portugal, o rácio do volume de emprego nos serviços por comparação com a indústria só recentemente se inverteu a favor do primeiro (quadro 2.2), verificando-se assim um desfasamento de duas a três décadas em relação aos países do centro europeu e de ainda mais face, por exemplo, aos EUA ou à Inglaterra (Castells, 2002). Tal deverse-á, em particular, à reduzida expressão dos serviços relativos à produção, reflexo precisamente das ainda fracas exigências do tecido económico nacional. Não obstante o recente dinamismo dos sectores da banca, seguradoras e comunicações, o aumento do emprego nos serviços ao longo das últimas décadas ter-se-á ficado a dever principalmente ao impulso inerente à implementação pelo Estado de um conjunto de políticas de educação, saúde e segurança social, claramente deficitárias no período anterior à democracia.

### Ciência, tecnologia e inovação: um processo de convergência inacabado

As capacidades e os desempenhos no domínio da ciência, tecnologia e inovação tornaram-se um aspecto absolutamente fundamental na transição para os novos modelos sociais, económicos e culturais emergentes a nível global. Integrando o processo de convergência iniciado após a adesão à União Europeia, a generalidade dos indicadores portugueses nestes domínios registou, nas duas últimas décadas, ritmos de crescimento bastante acentuados - em muitos casos sem paralelo na União Europeia. Contudo, também neste ponto, a aproximação face aos padrões europeus está longe de estar alcançada, à semelhança aliás do que tende a acontecer nos restantes países da Europa mediterrânica. O atraso das estruturas científico-tecnológicas nacionais, as especificidades do tecido económico e os défices de qualificação da população activa são, entre outros, factores que ajudam a explicar esta situação. Portugal é apontado como um exemplo paradigmático do carácter difuso e de resultados não imediatos dos investimentos realizados nestes domínios (EC, 2002; OIC, 2003).

**Quadro 2.4 Evolução da despesa e dos recursos humanos em actividades de I&D, Portugal, 1982-2001**

Anos	1982-1984	1984-1986	1986-1988	1988-1990	1990-1992	1992-1995	1995-1997	1997-1999	1999-2001
Taxa média de crescimento anual da despesa em I&D <sup>1</sup>	5,5	9,5	10,9	17,9	12,2	-1,3	8,3	14,8	8,5
Taxa média de crescimento anual do total de investidores (ETI)	6,0	13,3	7,1	8,6	10,5	7,1	8,5	7,5	6,1
Investigadores (ETI) / população activa (%) <sup>2</sup>	1,0	1,3	1,4	1,6	2,0	2,4	2,8	3,1	3,4

<sup>1</sup> A preços constantes (base 1995).

<sup>2</sup> Valor correspondente ao último ano do período em referência.

Fonte: OCES (2003).

Observando a evolução da despesa em actividades de I&D, verifica-se que esta aumentou a um ritmo comparativamente bastante acelerado (EC, 2002). Entre 1995 e 2000, a taxa de crescimento anual rondou os 10% (a média europeia não foi além dos 3%), tendo-se registado inclusivamente taxas superiores nos últimos anos da década de 80 (quadro 2.4). O mesmo se passa no que toca aos recursos humanos envolvidos neste tipo de actividades. Nos anos que antecederam a adesão à União Europeia, encontrava-se em Portugal cerca de 1 investigador em cada mil habitantes; no início do século XXI esse valor ascendia a 3,4%. Este cenário permitiu um enorme crescimento do trabalho científico desenvolvido em Portugal e, inclusivamente, a projecção internacional de alguns grupos de investigação já considerados de excelência (EC, 2002).

**Quadro 2.5 Comparação internacional de alguns indicadores de despesa e recursos humanos em actividade de I&D (último ano disponível)**

País	Despesa em I&D (10 <sup>9</sup> US\$)	Despesa em I&D / PIB (%)	Estrutura da despesa em I&D por sector de financiamento (%)			Investigadores (ETI) / população activa (%)
			Estado	Empresas	Outras fontes nacionais ou estrangeiras	
União Europeia	144 989,7	1,81	34,5	56,0	9,5	5,5
Alemanha	46 218,0	2,38	32,5	65,0	2,5	6,3
Áustria	3 767,4	1,79	39,7	40,1	20,2	4,8
Bélgica	4 270,6	1,84	23,2	66,2	10,6	6,5
Dinamarca	2 770,0	1,99	32,6	58,0	8,8	6,4
Espanha	6 443,5	0,90	40,8	48,9	10,3	3,7
Finlândia	3 652,4	3,09	29,2	66,9	3,9	9,9
França	27 880,5	2,18	36,9	54,1	8,9	6,1
Grécia	721,7	0,51	48,7	24,0	27,3	3,3
Holanda	7 391,7	1,95	35,7	49,7	14,6	5,1
Irlanda	1 083,8	1,39	22,2	69,2	8,7	5,1
Itália	13 310,7	1,04	51,3	44,0	5,1	3,3
Portugal	1 281,8	0,77	69,7	21,3	9,0	3,1
Reino Unido	23 445,2	1,83	27,9	49,4	22,7	5,5
Suécia	6 845,5	3,70	24,5	67,8	7,7	9,1
Estados Unidos da América	243 548,0	2,65	28,8	66,8	4,5	8,1
Japão	91 724,3	3,01	19,5	72,2	8,3	9,7
OCDE	518 113,7	2,18	29,6	63,1	4,6	6,4

<sup>1</sup> Em paridade de poder de compra.

Fonte: OCES (2003) e OCDE (2000a).



Não obstante o progresso verificado, os valores envolvidos mantêm-se bastante aquém dos registados noutros países desenvolvidos, quer em termos absolutos, quer relativos (quadro 2.5). Na compreensão desta situação um factor emerge com grande preponderância: a fraca participação do sector empresarial neste tipo de investimentos. Cerca de 70% do investimento é oriundo de fontes governamentais, rondando pouco mais de 20% o esforço financeiro protagonizado pelo sector privado (o valor mais baixo de toda a UE, apesar do crescimento recentemente verificado). A grande maioria dos investigadores a trabalhar no país concentram-se assim no sector público e no ensino superior. A maioria das unidades de I&D é de pequena ou média dimensão, e os seus graus de internacionalização, embora em dinâmica de rápido crescimento, são ainda bastante desiguais (EC, 2002; Conceição e Heitor, 2003).

No entanto, se a situação registada no domínio do desenvolvimento científico, não obstante os fortes progressos, se apresenta ainda comparativamente desfavorável, maiores défices são conhecidos no que toca à produção tecnológica ou, em geral, à capacidade de inovação das empresas. O reduzido número de patentes registadas por entidades portuguesas é disso exemplo. Pese embora o forte crescimento verificado na década de 90, os níveis de patenteamento mantêm-se quase inexpressivos, muito em particular no que toca a produtos ou processos de elevada intensidade tecnológica (EC, 2002). E, ao contrário do que se passa na generalidade dos países desenvolvidos, em Portugal são as unidades de investigação, e não as empresas, o tipo de instituições que mais patenteiam, indicando a fraca incorporação de actividades de inovação nas estruturas produtivas (Godinho, Mendonça e Pereira, 2003).

Também a este respeito Portugal pode ser caracterizado como um "país dual", onde um pequeno grupo de empresas fortemente inovadoras, dispondo de recursos humanos altamente qualificados, apostando em novos produtos e em múltiplas parcerias, co-existe a par de uma clara maioria de estruturas empresariais não inovadoras, regra geral de baixo perfil tecnológico, pouco cooperativas e com mão-de-obra pouco qualificada (Conceição e Heitor, 2003).

Quadro 2.6 Comparação europeia de alguns indicadores de inovação nas empresas, 1995-1997

País	Empresas inovadoras (%)		Despesas totais em inovação (% do volume de negócios)	
	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços
Alemanha	69	46	4,1	3,0
Austria	67	55	3,5	3,0
Bélgica	27	13	2,2	1,2
Espanha	29	-	1,8	-
Finlândia	36	24	4,3	2,4
França	43	31	3,9	1,3
Holanda	62	36	3,8	1,6
Irlanda	73	58	3,3	2,1
Noruega	48	22	2,7	2,5
Portugal	26	28	1,6	0,7
Reino Unido	59	40	4,0	3,2
Suécia	54	32	7,0	3,8

Fonte: Conceição e Ávila (2001).

Segundo o inquérito comunitário às actividades de inovação, lançado entre 1997 e 1998, pouco mais de ¼ das empresas a operar no território nacional teriam introduzido no mercado ou nos seus sistemas produtivos, no período de 1995 a 1997, produtos, processos ou serviços tecnologicamente novos ou melhorados (quadro 2.6). A comparação com outros países europeus é tendencialmente negativa, ainda mais se se atender ao reduzido esforço financeiro realizado neste âmbito pelas empresas portuguesas ou aos próprios objectivos da generalidade das actividades desenvolvidas. O investimento em inovação centrase muito frequentemente na aquisição de novos equipamentos ou na informatização, designadamente, dos sistemas administrativos e comerciais. Poucas vezes se traduz no desenvolvimento de produtos/processos próprios, sendo raro o estabelecimento de qualquer tipo de parceria, nomeadamente com instituições de I&D (Godinho e Sousa, 2000; Conceição e Ávila, 2001).

Ainda assim, tendo em conta a situação anteriormente vivida é de ressaltar a considerável melhoria apontada por estes indicadores.

O desfasamento face aos padrões europeus de inovação é aliás mais significativo na indústria do que nos serviços. Por outro lado, alguns estudos têm salientado o facto de as maiores fragilidades das empresas portuguesas (e da própria administração pública) não se encontram ao nível da capacidade de inovação tecnológica, mas antes na resistência à mudança organizacional. É de considerar, no entanto, a emergência nos últimos anos de sectores muito mais propensos à mudança, nas suas várias vertentes, num processo que abre perspectivas mais positivas quanto à difusão da inovação em Portugal (Freire, 1998, Salavisa, 2000).

### Níveis de escolaridade e competências de literacia: duas questões decisivas

Os baixos níveis de qualificação da generalidade da população portuguesa e, em particular, da inserida no mercado de trabalho, apresentam-se como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento, em Portugal, de uma sociedade de modernidade avançada (Machado e Costa, 1998) e de uma economia baseada no conhecimento (Conceição e Heitor, 2003) ou, nos termos da conceptualização de Manuel Castells (2002, 2003), à transição para a sociedade em rede.

O processo de difusão da escolaridade básica universal foi bastante mais lento do que o registado noutros países europeus, mantendo-se durante boa parte do século XX uma política estral (ditatorial) muito restritiva quanto aos processos de escolarização e um grande afastamento entre a escola e a generalidade dos cidadãos. Com a implementação do regime democrático, esta área de intervenção pública assume-se definitivamente como prioritária, alargando-se os níveis de escolaridade obrigatória (até aos 9 anos, actualmente ainda em vigor, estando previsto para breve um alargamento aos 12 anos), investindo-se na melhoria das infraestruturas educativas, promovendo-se a formação de professores e implementando-se um conjunto de sucessivas reformas do sistema educativo tendo em vista a obtenção de uma melhor resposta aos novos desafios da (ainda recente e incompleta) massificação do ensino. Tais mudanças têm estado contudo longe de ser consensuais entre os agentes educativos, e a eficácia do sistema de

ensino português é, ainda hoje, bastante questionada quando comparada com a de outros países. O esforço de investimento em educação aproximou-se bastante da média europeia (quadro 2.9), mas os índices de abandono e insucesso escolar mantêm-se superiores aos dos outros países europeus (Sebastião, 1998).

Quadro 2.7. Evolução dos indicadores de escolarização, Portugal, 1960-2001

Indicadores	1960	1970	1981	1991	2001
Taxa de analfabetismo (%)	33,1	25,6	18,6	11,0	9,0
População com 20 ou mais anos com o ensino secundário completo <sup>1</sup> (%)	3,8	4,4	7,8	13,9	22,6
Homens com 20 ou mais anos com o ensino secundário completo <sup>1</sup> (%)	-	5,7	8,6	14,4	21,9
Mulheres com 20 ou mais anos com o ensino secundário completo <sup>1</sup> (%)	-	3,3	7,0	13,5	23,2
População que atingiu o ensino médio ou superior (%)	-	1,6	3,6	6,3	11,5
Estudantes no ensino médio ou superior <sup>2</sup>	22 456	43 230	76 809	163 468	390 638
Estudantes do sexo feminino no ensino médio ou superior (%)	-	43,4	50,3	55,2	56,4
População dos 20-24 anos integrada no ensino médio ou superior (%)	1,7	3,5	5,8	11,8	25,6

O sistema de ensino português sofreu fortes alterações, pelo que a análise desta série temporal exige alguns esclarecimentos adicionais. Em 1960 era considerado ensino secundário o período do 5º ao 11º ano de escolaridade. Em 1970, o ensino preparatório (5º e 6º anos) está já autonomizado, traduzindo-se o ensino secundário em 5 anos de escolaridade (do 7º ao 11º). Em 1981, uma vez que os dados disponíveis já o permitiam, optouse por considerar exclusivamente como ensino secundário o na época designado por secundário complementar (10º e 11º anos), modelo mais próximo do actual. Em 1991 e 2001 foi já integrado o 12º ano de escolaridade, constituindo o ensino secundário em 3 anos (10º, 11º e 12º).

<sup>2</sup> Os valores apresentados revelam uma ligeira subavaliação em relação aos divulgados nas Estatísticas da Educação do INE. Esta diferença, relativamente constante ao longo da série considerada, pode dever-se ao facto de os valores dos Censos remeterem para declarações espontâneas dos indivíduos e os das Estatísticas da Educação se referirem ao número de inscrições formais em estabelecimentos de ensino superior.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, INE.

De qualquer forma, é inegável que os níveis de escolaridade da população registaram progressos bastante significativos, muito em particular nas últimas duas a três décadas (quadro 2.7). No recenseamento de 2001,

mais de 22% dos residentes com 20 anos e mais tinham já completado, pelo menos, o ensino secundário. Este valor, embora bastante abaixo do registado noutros países, significa um enorme progresso face à situação vivida nas décadas anteriores. Basta referir que, em 1991, tal percentagem não chegava ainda, em termos médios, a 14%, mesmo assim quase o dobro do registado dez anos antes (Machado e Costa, 1998; INE, 2003).

Expansão ainda mais significativa foi a registada no que toca ao ensino superior. Em 1970, não chegava a 2% o peso relativo da população que tinha frequentado um nível médio ou superior de ensino, mantendo-se o acesso às universidades circunscrito a uma pequena elite. Em 2001, tal percentagem ascendia já a 11,5%, fruto da forte adesão por parte da população jovem, muito em particular do sexo feminino. O progresso dos níveis de escolaridade das mulheres é aliás, em Portugal, bastante significativo. Embora nas faixas etárias mais elevadas estas mantenham níveis de qualificação académica mais baixos, nas mais jovens a situação inverte-se, sendo já maioritárias entre os estudantes e recém-diplomados do ensino secundário e superior. Portugal é assim um dos primeiros países europeus a inverter a tradicional hegemonia masculina nos níveis superiores de escolaridade (Machado e Costa, 1998).

Os dados recolhidos directamente no âmbito do presente estudo confirmam este panorama, ilustrando de forma bastante evidente as diferenças geracionais no que respeita aos níveis de qualificação académica de homens e mulheres em Portugal (quadro 2.8). Considerando os indivíduos nascidos antes de 1974 – cujo percurso escolar se desenvolveu, na maioria dos casos, ainda no período ditatorial – verifica-se que parte bastante significativa (38%) não concluiu mais do que o 1º ciclo do ensino básico (ou seja, 4 anos de escolaridade). Quase 14% não obteve inclusivamente qualquer tipo de qualificação académica, valor que ascende a 18% no caso específico das mulheres.

Entre os jovens com mais de 15 anos já nascidos no regime democrático a situação é bem diferente. Os casos de indivíduos com qualificações abaixo do 2º ciclo do ensino básico tornam-se raros, sendo, por outro lado, muito mais frequentes aqueles que se referem a diplomados do ensino secundário ou superior. De destacar, em particular, a elevada percentagem de jovens mulheres licenciadas – mais de 30% do total das mulheres com menos de 30 anos, quando entre os homens no mesmo escalão etário tal valor vai pouco além dos 20%.

Quadro 2.8 Qualificação académica segundo idade e sexo, Portugal, 2003 (%)

Qualificação académica segundo idade e sexo	Sem qualificação académica	1º Ciclo do Ensino Básico			2º Ciclo do Ensino Básico			3º Ciclo do Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Superior	Total
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total			
Nascidos até 1974	Homens	9,6	40,2	16,1	12,0	12,2	9,9	100,0	n=789				
	Mulheres	17,7	36,8	15,5	11,6	8,7	9,8	100,0	n=905				
Total		13,9	38,3	15,7	11,9	10,3	9,9	100,0	n=1694				
Nascidos em 1974 ou depois	Homens	0,3	3,3	27,5	39,1	21,0	8,8	100,0	n=395				
	Mulheres	0,6	4,4	20,3	29,7	30,8	14,2	100,0	n=361				
Total		0,4	3,8	24,1	34,7	25,7	11,4	100,0	n=756				

Fonte: CIES, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2003 (p<0,01 em todas as categorias).

Estas diferenças geracionais têm necessariamente consequências no que toca à aptidão dos diversos grupos sociais para o desenvolvimento de actividades com maiores exigências cognitivas. Vejase, como exemplo, o domínio de línguas estrangeiras. Num contexto geral em que a compreensão de idiomas como o inglês ou o francês é bastante escassa (mais de 40% da população não tem nenhum domínio sobre qualquer destas línguas), verifica-se que entre os mais jovens quase metade declara falar e escrever com facilidade em inglês e cerca de ¼ manifesta igual domínio da língua francesa.

Os progressos verificados entre as gerações mais novas estão todavia ainda longe de ebaratar os défices educacionais portugueses, evidentes nas comparações internacionais (quadro 2.9). Em 2001, Portugal ocupava a última posição da União Europeia no que toca à percentagem de indivíduos com o ensino superior entre a população dos 25 aos 64 anos de idade (10%, quando a média comunitária é de mais do dobro). No espaço da OCDE, e considerando os maiores de 25 anos, apenas a Turquia e a Indonésia apresentavam um número médio de anos de escolaridade inferior aos 4,9 registados em Portugal. A taxa de analfabetismo

portuguesa mantém-se incomparavelmente elevada entre a população mais velha, não obstante o contínuo decréscimo – induzido mais pela evolução demográfica do que por qualquer estratégia de alfabetização de adultos. No que respeita à formação superior, nomeadamente em áreas ligadas à ciência e tecnologia, a situação é relativamente melhor, embora o país se mantenha entre o grupo dos mais atrasados no processo de convergência europeia – bem longe, por exemplo, do caso irlandês ou do espanhol, que até há pouco se aproximavam de Portugal em muitos destes indicadores.

Na tentativa de suprir alguns dos défices educativos de boa parte da população activa, bem como de acompanhar os próprios desafios da reestruturação das actividades económicas, alguns esforços têm vindo a ser desenvolvidos, nomeadamente pelo sector público, no sentido de promover a formação ao longo da vida. Desde a integração europeia, os cursos de formação profissional conheceram um forte crescimento. Mas os maiores níveis de adesão registam-se entre os jovens (especialmente mulheres), sendo mais problemático atingir a população mais velha e com níveis de qualificação bastante mais baixos (OIC, 2003). E, em termos comparativos, a taxa de participação em processos de aprendizagem formal ao longo da vida persiste entre as mais baixas da Europa (quadro 2.9).

Os resultados do inquérito lançado confirmam precisamente: tanto a fraca incidência de actividades formativas entre a generalidade da população portuguesa, como também a considerável diferença geracional no que toca ao interesse pelo aprofundamento de conhecimentos, nomeadamente no que respeita à profissão. Entre os jovens com mais de 15 anos nascidos a partir de 1974, cerca de 16% realizaram nos últimos dois anos algum tipo de acção de formação e igual percentagem participaram em encontros técnico-científicos relacionados com a profissão. Entre os mais velhos estes valores não vão além dos 10%. Também de destacar é o facto de 33% destes jovens terem consultado, em igual período, livros, revistas especializadas ou outra documentação visando o aprofundamento dos conhecimentos quanto à profissão ou à área de estudos, percentagem que representa mais do dobro da registada entre os nascidos antes de 1974.

Quadro 2.9 Comparação internacional de alguns indicadores de educação, 1998

País	Investimento em instituições educativas		População com ensino superior 25-65 anos % 2001	Jovens diplomados em ciência / tecnologia 20-29 anos % 2000	Jovens doutorados em ciência / tecnologia 25-35 anos % 2000	Participantes em formação ao longo da vida 25-64 anos % 2001
	% do PIB 1998	€ per capita 1998				
União Europeia	5,5	1 038	21,2	10,3	0,56	8,5
Alemanha	5,6	1 325	23,8	8,2	0,81	5,2
Áustria	6,4	1 519	14,5	7,1	0,59	7,8
Bélgica	5,0	1 105	27,8	9,7	0,60	7,3
Dinamarca	7,2	2 016	26,5	8,3	0,49	20,8
Espanha	5,3	669	23,1	9,9	0,36	4,7
Finlândia	5,7	1 278	32,5	17,8	1,09	19,3
França	6,2	1 352	23,0	18,7	0,76	2,7
Grecia	4,8	446	17,1	3,8	0,19	1,4
Holanda	4,6	140	24,0	5,8	0,34	16,3
Irlanda	4,7	838	22,2	23,2	0,50	5,2
Itália	5,0	766	10,3	5,6	0,16	5,1
Portugal	5,7	528	10,2	6,2	0,26	3,3
Reino Unido	4,9	788	28,6	16,2	0,68	21,7
Suécia	6,8	1 501	29,7	11,6	1,24	21,6
Estados Unidos da América	6,4	1 493	-	-	-	-
Japão	4,7	1 573	-	-	-	-

Fonnes: EC (2002) e OIC (2003).

Embora ainda minoritário, assiste-se assim à emergência de um sector da população - caracterizado pela sua juventude e pelos seus elevados níveis de qualificação académica - bastante mais dinâmico no que toca ao desenvolvimento profissional e ao acesso à informação. Tal é particularmente evidente entre os jovens do sexo feminino, que contrariam assim o afastamento deste tipo de actividades ainda patente entre as mulheres mais velhas.

**Quadro 2.10** Comparação internacional dos níveis de literacia no domínio da prosa, 1994-1998 (%)

País	Níveis			
	I	II	III	IV / V
Alemanha	14,4	34,2	38,0	13,4
Austrália	17,0	27,1	36,9	18,9
Bélgica	18,4	28,2	39,0	14,3
Canadá	16,6	25,6	35,1	22,7
Chile	50,1	35,0	13,3	1,6
Dinamarca	9,6	36,4	47,5	6,5
Eslovénia	42,2	34,5	20,1	3,2
Estados Unidos da América	20,7	25,9	32,4	21,1
Finlândia	10,4	26,3	40,9	22,4
Holanda	10,5	30,1	44,1	15,3
Hungria	33,8	42,7	20,8	2,6
Irlanda	22,6	29,8	34,1	13,5
Noruega	8,5	24,7	49,2	17,6
Nova Zelândia	18,4	27,3	35,0	19,2
Polónia	42,6	34,5	19,8	3,1
Portugal	48,0	29,0	18,5	4,4
Reino Unido	21,8	30,3	31,3	16,6
República Checa	15,7	38,1	37,8	8,4
Suécia	7,5	20,3	39,7	32,4
Suíça (alemã)	19,3	35,7	36,1	8,9
Suíça (francesa)	17,6	33,7	38,6	10,0
Suíça (italiana)	19,6	34,7	37,5	8,3

Fonte: OCDE (2000b).

Um outro problema tem vindo contudo a ser cada vez mais reconhecido em Portugal: os baixos níveis de literacia (OCDE, 2000b). Os portugueses apresentam índices bastante críticos quanto à capacidade de utilização na vida quotidiana de competências de leitura, escrita e cálculo, colocando o país numa das piores posições entre os países da OCDE (quadro 2.10). A título de exemplo, basta referir que quase metade da população se enquadra no nível mais baixo da escala de competências no que diz respeito à leitura e escrita de textos (prosa), sendo a posição semelhante no que respeita ao processamento de informação escrita, em formulários e tabelas (documentos) e envolvendo quadros e gráficos (quantitativo).

Paradigmático da situação vivida no país é o facto de, apesar dos resultados claramente negativos, quase  $\frac{3}{4}$  dos inquiridos no estudo nacional de literacia, realizado em meados dos anos 90, terem considerado que as competências por si deitadas eram plenamente satisfatórias para o desempenho das suas actividades profissionais. O panorama encontrado aponta assim para uma dinâmica de qualificação no tecido económico ainda mais lenta do que a da aquisição de competências por parte das populações (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996).

#### **Transformações do trabalho e do emprego: entre o passado e o futuro**

Ao longo do século XX registaram-se importantes e generalizadas alterações na estruturação dos sistemas de emprego, fruto e reflexo das transformações tecnológicas, empresariais, sociais e culturais vividas à escala nacional e global (Castells, 2002, 2003). Portugal não foi excepção, assistindo-se nas últimas décadas a uma progressiva aproximação aos padrões registados nos países ocidentais, como aliás os dados avançados anteriormente deixavam já antever. Algumas particularidades tendem contudo a manter-se.

O mercado de trabalho português tem sido caracterizado por taxas de emprego e participação na força de trabalho relativamente elevadas e ainda em crescimento, no que se aproxima mais do padrão vivido no norte do que entre os países da Europa mediterrânica (Machado e Costa, 1998) (quadro 2.11).

Para tal tem contribuído decisivamente a elevada e crescente participação de mão-de-obra feminina na força de trabalho. Esta atinge níveis bastante superiores aos de outros países tradicionalmente mais próximos de Portugal em termos culturais (como a Espanha, a Itália, a Irlanda ou a Grécia), facto que se pode explicar não só pelas recentes dinâmicas de autonomia e emancipação das mulheres portuguesas, mas também pelos processos de emigração e mobilização militar dos homens nas décadas de 60 e 70, ou ainda pelos próprios constrangimentos financeiros vividos por muitas das famílias portuguesas.

Quadro 2.11 Comparação internacional de alguns indicadores de emprego, 1990-2001

País	Taxa de emprego global %		Taxa de emprego feminino %		Taxa de emprego sénior %		Taxa de emprego a tempo parcial %	
	1990	2001	mulheres de 15-64 anos	mulheres de 15-64 anos	55-64 anos	55-64 anos	1990	2001
União Europeia	61,4	64,1	48,2	54,9	38,1	39,2	13,3	13,8
Alemanha	64,1	65,9	52,2	58,6	36,8	36,8	13,4	17,6
Áustria	--	67,8	--	59,8	--	27,4	--	12,4
Bélgica	54,4	59,7	40,8	50,7	21,4	25,2	14,2	17,6
Dinamarca	75,4	75,9	70,6	71,4	53,6	56,6	19,2	14,5
Espanha	51,1	58,8	31,6	43,8	36,8	39,2	4,6	7,9
Finlândia	74,1	67,7	71,5	65,4	42,5	45,9	7,5	10,5
França	59,9	62,0	50,3	55,2	35,6	36,5	12,2	13,8
Grécia	54,8	55,6	37,5	41,2	40,8	38,0	6,7	4,8
Holanda	61,1	74,1	46,7	65,3	29,7	39,3	28,2	33,0
Irlanda	52,1	65,0	36,6	54,0	38,6	46,6	9,8	18,4
Itália	52,6	54,9	36,2	41,1	21,9	18,6	8,8	12,2
Luxemburgo	59,1	63,0	41,4	50,8	28,2	24,8	7,6	13,1
Portugal	67,5	68,7	55,4	61,1	47,0	50,3	6,8	9,2
Reino Unido	72,5	71,3	62,8	64,7	49,2	52,2	20,1	23,0
Suecia	83,1	75,3	81,0	73,5	69,4	67,0	14,5	17,8
EUA	72,2	73,1	64,0	67,1	54,0	58,4	13,8	13,0
Japão	68,6	68,8	55,8	57,0	62,9	62,0	19,2	24,9

Fonte: OCDE (2002b).

Os dados recolhidos através do inquérito desenvolvido no âmbito da presente investigação confirmam precisamente este forte envolvimento feminino no mundo laboral, dando contudo também a conhecer importantes diferenças geracionais. Entre as mulheres nascidas antes de 1974 a presença no mercado de trabalho, embora relativamente elevada (na ordem dos 55%), mantém-se bastante aquém da registada entre os homens da mesma idade (67%). De referir que, entre essas, quase 18% ocupam-se exclusivamente das tarefas do lar. Tal categoria, fortemente representativa entre as mulheres com 50 e mais anos, é praticamente inexpressiva nos escalões etários mais jovens. Entre os maiores de 15 anos já nascidos após o regresso à democracia, uma parte significativa (30%) encontram-se ainda na condição de estudantes (reflexo do prolongamento dos processos de escolarização). Mas entre os restantes, a presença das mulheres na esfera profissional tende já a aproximar-se da dos homens (a taxa de actividade masculina neste grupo ronda os 69% e a feminina os 64%), mais um indicador da importante alteração do papel da mulher na sociedade portuguesa.

Outra questão interessante na caracterização do mercado de trabalho em Portugal diz respeito ao prolongamento da vida activa (que tem acabado por compensar a crescente tendência para entradas mais tardias). Parte significativa dos homens ou das mulheres permanecem profissionalmente activos para lá dos 55 anos de idade, quando muitos dos seus congéneres europeus deixaram de o ser (quadro 2.11).

Há neste ponto a considerar a coexistência de situações diferenciadas e, até certo ponto, contraditórias. É conhecido o elevado número de processos de reforma antecipada, decorrentes nomeadamente das estratégias de reestruturação empresarial nas últimas décadas. Mas, sabe-se também que muitos destes trabalhadores acabam por desenvolver outras actividades, frequentemente de carácter independente, como forma de reforçar os orçamentos familiares ou de manter uma ocupação por parte daqueles que se sentem aptos para tal. Por outro lado, os mais velhos, e designadamente os menos qualificados, estão limitados ainda, em muitos casos, a pensões de reforma bastante baixas, o que acaba por induzir a manutenção de algum tipo de actividade económica. E também entre os mais qualificados – que em geral enfrentam a idade avançada em melhores condições económicas para usufruir da situação de reforma – se verifica alguma tendência para o prolongamento da vida activa, processo

em que se combinam razões de diversa ordem, desde as de recusa pessoal à inactividade profissional até às oportunidades económicas decorrentes da procura das suas qualificações.

Nos últimos anos, tem vindo também a aumentar (à semelhança do registado noutras partes ocidentais), a importância dos contingentes de imigração, constituídos na sua esmagadora maioria por população em idade activa, que assim contribui igualmente para o crescimento das taxas de actividade profissional.

Os níveis de desemprego, embora tenham sofrido nos anos mais recentes (início do século XXI) uma súbita inflexão crescente e sejam sempre preocupantes pelo significativo impacto que têm na vida das pessoas e famílias, em especial nas de recursos mais escassos, têm-se mantido regra geral abaixo dos verificados na União Europeia, ou mesmo na generalidade dos países da OCDE. Importa contudo salientar que este indicador deve sempre ser tomado com alguma cautela, não só pela sua forte variabilidade conjuntural, como também pela sua permeabilidade face a problemas metodológicos relacionados com os critérios de medida.

De qualquer forma, é conhecido ser entre os jovens e os trabalhadores menos qualificados e com maiores dificuldades de adaptação às novas exigências da economia actual que se verificam as maiores incidências de desemprego. De salientar também alguma dificuldade de absorção imediata dos jovens recém-licenciados, decorrente em larga medida da fraca modernização de parte do tecido empresarial português.

Segundo os dados apurados directamente através do inquérito lançado a propósito deste estudo, cerca de 12% dos activos com menos de 30 anos de idade declararam encontrar-se em situação de desemprego (4 pontos percentuais acima dos valores registados entre os mais velhos). O impacto social de tal situação é agravado ainda pelo facto de ser também nestas faixas etárias que é mais frequente a ausência de qualquer subsídio. Cerca de metade dos desempregados em Portugal não usufruem de subsídio de desemprego, sintoma da fragilidade das políticas sociais no país. Mas entre os mais novos essa percentagem sobe para mais de 83% dos casos, reflectindo a grande instabilidade por muitos destes vivida no que toca à inserção profissional e as insuficiências dos sistemas de segurança social.

Entre os empregados por conta de outrem (que correspondem, grosso modo a 3/4 da população activa), o vínculo laboral mais comum continua a ser o contrato permanente. Segundo os dados apurados directamente

pela presente pesquisa, este representa na globalidade quase 70% dos casos, sendo contudo bastante mais frequente entre as gerações mais velhas.

Outras modalidades contratuais, como o "contrato a termo certo", têm vindo a conhecer um forte crescimento na última década, fruto do declínio do modelo anterior baseado em inserções profissionais estáveis e duradouras. Os vínculos contratuais mais precários atingem em particular os recém-chegados ao mercado de trabalho, em especial as mulheres. Quase 35% dos nascidos a partir de 1974 já inseridos profissionalmente têm contratos a prazo, percentagem que sobe ainda cinco casas percentuais no caso das jovens do sexo feminino (entre os mais velhos, tal valor vai pouco além dos 10%). De salientar também que, em Portugal, quase 10% dos trabalhadores por conta de outrem não dispõem de qualquer tipo de vínculo laboral formal, situação que atinge em particular os trabalhadores pouco qualificados, independentemente do género ou da idade.

A instabilidade laboral dominante entre as camadas mais jovens da população é igualmente patente quando se observa o número de entidades para as quais estes prestaram já serviços. Entre os activos com menos de 30 anos de idade, perto de 40% trabalharam já para duas ou mais organizações, não obstante terem entrado para o mercado de trabalho recentemente. Tal afigura-se bastante ilustrativo das transformações do emprego, tanto mais quando, comparativamente, quase 85% dos trabalhadores mais velhos trabalharam apenas numa única empresa ou organização ao longo da sua vida activa.

O alargamento de modelos menos tradicionais de prestação de trabalho, como o emprego a tempo parcial ou o tele-trabalho, tende a ter no entanto uma expressão bem mais reduzida do que noutras partes ocidentais (quadro 2.10), verificando-se nestes casos, e à semelhança do padrão internacional, uma maior incidência entre as mulheres. Neste contexto, é importante notar que, em Portugal, o trabalho a tempo parcial, muito em particular o feminino, remete frequentemente para ocupações pouco qualificadas, sendo ainda relativamente raro entre as profissionais com melhores níveis de qualificação. Segundo os dados recolhidos junto dos inquiridos no âmbito do estudo agora apresentado, quase 55% das mulheres inseridas no mercado de trabalho a tempo parcial são trabalhadoras não qualificadas (no caso dos homens tal percentagem é de cerca de 25%).

O trabalho por conta própria (que compreende quer os trabalhadores independentes quer a classe patronal) tem conhecido, por seu



turno, alguma estabilidade nas últimas décadas, representando segundo os dados oficiais perto de ¼ da população activa (Banco de Portugal, 2002; GEPE, 2003). Os resultados obtidos directamente confirmam este cenário, permitindo ainda concluir que estes empreendedores são, na maioria dos casos, trabalhadores independentes ou pequenos empresários na área do comércio ou serviços, com poucas qualificações académicas - longe da figura do empreendedor altamente qualificado emergente em regiões de grande desenvolvimento económico (veja-se o caso da Califórnia, Castells, 2002). Cerca de metade trabalham sós e os restantes detêm pequenas empresas com um número muito reduzido de trabalhadores, o que vem mais uma vez corroborar o carácter frágil e disperso da estrutura empresarial portuguesa.

Quanto à evolução da estrutura ocupacional em Portugal (quadro 2.12), são também bastante expressivas as alterações verificadas nas últimas décadas, acompanhando as dinâmicas vividas quer a nível da distribuição sectorial do emprego, quer da qualificação da população activa (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000).

Um aspecto desde logo a salientar prende-se com a confirmação do forte declínio do sector agrícola enquanto fonte de trabalho, aliás já anteriormente referido. São bastante escassos os jovens com este tipo de inserção profissional, pelo que esta população conhece assim um intenso processo de envelhecimento, mantendo níveis de qualificação escolar bastante baixos, bem como escassos rendimentos.

Pelo contrário, as ocupações mais exigentes do ponto de vista do processo de informação e da mobilização de conhecimentos de natureza complexa registam uma importante expansão, reflexo da crescente incorporação de tecnicidade nas actividades económicas ou nos serviços públicos. Veja-se o exemplo paradigmático dos profissionais intelectuais e científicos que, embora ainda longe dos valores alcançados noutros países europeus ou norte-americanos, conhecem um crescimento muito significativo (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000; Castells, 2002). Em 2001, representavam perto de 10% da população activa portuguesa. O aparente decréscimo apontado em 1991 deve-se à introdução de uma nova categoria estatística - a dos técnicos de nível intermédio - devendo as duas ler-se em conjunto para comparações retrospectivas. Ambas registam desde então um considerável aumento, confirmando a crescente qualificação do emprego em Portugal.

Quadro 2.12 Distribuição do emprego por profissões, Portugal, 1960-2001 (%)

Profissão	1960	1970	1981	1991	2001
Dirigentes	1,4	0,4	1,3	4,3	7,0
Profissionais intelectuais e científicos	2,8	4,0	7,2	5,6	8,6
Técnicos intermédios	-	-	-	7,5	9,6
Empregados administrativos	5,0	8,8	13,2	10,7	11,1
Vendedores e empregados dos serviços	15,6	16,2	18,6	13,6	14,3
Agricultores e trabalhadores agrícolas	43,6	32,9	19,1	8,7	4,1
Operários, artífices e operadores	31,6	37,8	23,6	32,8	30,3
Trabalhadores não qualificados	-	-	17,0	16,8	15,1

Nota: As classificações utilizadas sofreram alguns reajustes ao longo deste período, pelo que a comparabilidade dos dados apresentados, embora em termos gerais possível, tem de ter em conta algumas ressalvas. A categoria "dirigentes" apresenta, nos anos de 1960 a 1981 alguma sub-representação, na medida em que alguns dirigentes de unidades empresariais se encontravam incluídos noutras categorias (ex. directores de restauração e hotelaria, de unidades comerciais ou de explorações agrícolas). A categoria "técnicos intermédios" é impossível de construir até 1991, estando estes trabalhadores incluídos até então nos "profissionais", nos "empregados administrativos" e nos "vendedores e empregados dos serviços". Os "trabalhadores não qualificados" estão incluídos, até 1981, nos grupos dos "operários, artífices e operadores", dos "vendedores e empregados dos serviços" ou dos "agricultores ou trabalhadores agrícolas".  
Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População.

No que respeita ao peso relativo dos vendedores e empregados dos serviços, bem como dos operários, artífices e operadores verifica-se uma relativa estabilização, justificando-se as oscilações mais uma vez pela autonomização, em 1981, da categoria dos trabalhadores não qualificados. O peso relativo destes últimos, embora com tendência decrescente, persiste relativamente elevado, reflectindo não só as fracas competências de uma parte ainda considerável da população portuguesa mas, também, as parcas exigências de muitas das unidades empregadoras. O trabalho não qualificado, embora ainda relativamente transversal nos diversos escalões etários, tende a ser mais frequente entre as mulheres, muito em particular entre as mais velhas.



Os jovens com qualificações baixas ou médias tendem a optar preferencialmente por ocupações ligadas aos serviços e vendas ou, em especial no caso das mulheres, às tarefas administrativas. A título de exemplo, mais de 20% dos activos nascidos a partir de 1974 desenvolvem profissionalmente actividades de prestação de serviços e de empregados do comércio, quando entre os mais velhos tal percentagem vai pouco além dos 13%. Este é assim o grupo profissional mais jovem do panorama português.

Tal está contudo longe de indicar uma ausência de jovens nas fileiras do operariado industrial. Pelo contrário, esta é ainda hoje uma saída profissional para muitos dos jovens portugueses, em particular do sexo masculino e com mais curtos percursos de escolarização. De acordo com os dados apurados directamente, cerca de 38% dos homens já nascidos no período democrático, e que actualmente integram a população activa, enquadraram-se entre os trabalhadores da indústria (percentagem próxima da registada nas gerações mais velhas). Destes, cerca de 14% são ainda considerados não-de-obra industrial não qualificada. Confirma-se pois, mesmo entre a juventude, a manutenção de uma faixa não negligenciável da população caracterizada por uma manifestada escassez de recursos face ao mercado de trabalho e, consequentemente, face a muitas outras esferas da vida social.

Os profissionais intelectuais e científicos e, em larga medida, também os técnicos intermédios, são os grupos ocupacionais em que a presença de ambos os sexos é actualmente mais equilibrada, confirmando - à semelhança do que se passa noutros países desenvolvidos - a crescente feminização destas profissões registada nas últimas décadas (Costa, Mauritti, Martins, Machado e Almeida, 2000; Castells, 2002). Os dados directamente recolhidos nesta pesquisa revelam também que o peso relativo deste tipo de ocupações se mantém aproximadamente constante nos vários escalões etários compreendidos entre os 25 e os 50 anos, sendo acentuadamente menor entre os mais velhos. Se este baixo valor entre a população de maior idade é facilmente interpretado como tradução directa dos fracos índices de modernização das estruturas sociais e económicas portuguesas durante boa parte do século XX, já o equilíbrio registado entre os restantes grupos etários é mais curioso se se atender ao facto dos mais jovens demonstrarem níveis mais elevados de educação formal, um dos critérios de acesso a este tipo de profissão.

Esta situação é, em larga medida, explicada pelo facto dos jovens, mesmo que frequentemente com elevadas formações académicas, tenderem a iniciar a sua vida activa em profissões com menores exigências de qualificação e mais baixas posições hierárquicas. Entre os licenciados nascidos antes de 1974 quase 60% desenvolvem ou desenvolveram actividades enquanto profissionais intelectuais e científicos; entre os mais jovens com igual estatuto académico essa percentagem desce para pouco mais de 33%, ocupando-se os restantes preferencialmente de actividades administrativas ou técnicas de nível intermédio.

Parece assim verificar-se em Portugal alguma resistência à penetração dos jovens nas carreiras profissionais melhor posicionadas na estrutura social - dotadas de níveis mais significativos de qualificações, e de maior poder e status. Para além dos factores relativos aos tempos sociais habituais de progressão nas carreiras profissionais, tal como na acumulação de capitais económicos, acresce na sociedade portuguesa actual alguma dificuldade em expandir a oferta deste tipo de inserções profissionais de modo a absorver estes recém-chegados ao mercado de trabalho, mesmo que estes demonstrem frequentemente melhores níveis de formação formal do que muitos daqueles que já o integram. Tal é particularmente evidente ao analisar a distribuição da população segundo a categoria socioprofissional - um indicador composto que integra como variáveis não só a profissão e a situação na profissão mas também a qualificação profissional e a posição hierárquica (quadro 2.13).

Os jovens, tal como boa parte dos mais velhos, concentram-se maioritariamente nas categorias referentes aos assalariados de base, nomeadamente, aquelas que integram os empregados executantes (que se ocupam de actividades administrativas, comerciais, de segurança e serviços) e os operários industriais (que desempenham tarefas de produção fabril/oficial e de transporte). Embora com diferenças significativas entre si - pela especificação técnica das funções que executam, pelos contextos relacionais em que se integram ou ainda pela valorização social do trabalho que desenvolvem - trata-se em ambos os casos de posições na estrutura socioprofissional caracterizadas pela ausência de poderes hierárquicos significativos, fracos graus de autonomia no trabalho e níveis de rendimentos tendencialmente mais baixos. De registar é também o afastamento dos activos com menos de 30 anos das categorias relativas ao trabalho independente, modalidade bastante mais comum entre os mais velhos (e nestes, em geral, de perfil não muito qualificado).

Quadro 2.13 *Categorias socioprofissionais segundo idade e sexo, Portugal, 2003 (%)*

Categorias socioprofissionais segundo idade e sexo	Empresas, dirigentes e profissionais liberais		Profissionais técnicos e engenharia		Trabalhadores independentes		Agricultores independentes		Empresas excetuais		Indústrias		Atividades agrícolas		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Nascidos até 1974	15,7	7,3	13,3	11,0	11,5	12,4	3,1	2,6	12,8	40,9	2,7	100,0	n=775		
														100,0	
Nascidos em 1974 ou depois	11,5	7,6	12,1	11,6	2,8	2,4	0,0	0,4	19,9	37,8	4,0	100,0	n=1559		
														100,0	
Total	6,0	4,5	13,7	15,8	2,8	3,2	0,2	0,4	34,5	41,2	1,6	100,0	n=498		
														100,0	
Total	10,2	6,0	12,5	13,7	9,7	2,2	23,4	38,6	3,4	100,0	n=2058				

Fonte: CIES, Inquérito Sociedade em Rede em Portugal, 2003 ( $p < 0,01$  em todas as categorias).

Tal está, no entanto, longe de invalidar uma presença relativamente significativa dos mais novos entre os profissionais técnicos e de enguadramento ou mesmo, embora em menor escala, entre os empresários, dirigentes e profissionais liberais. Esta última categoria manifesta ainda, em termos genéricos, um peso relativamente fraco em Portugal, por comparação à situação registrada noutros países europeus (Costa, Mauriti, Martins, Machado e Almeida, 2000; Castells, 2002). Mas conheceu, à semelhança da primeira, um forte crescimento nas últimas décadas, em resultado, entre outros, da proliferação de pequenas e médias empresas e da reorganização das unidades empresariais. Os mais jovens têm um protagonismo relativamente reduzido neste grupo social. Mas, considerando o seu tempo de vida activa e a conhecida dificuldade de acesso a capitais, a sua participação não pode ser considerada irrelevante. Neste domínio, é de destacar em especial o papel das jovens mulheres, com uma penetração tanto na classe dos profissionais como dos dirigentes muito

mais elevada do que a registrada pelas mulheres mais velhas. A progressiva feminização dos grupos melhor situados na estrutura social é assim um dos traços mais marcantes da evolução recente do país e um dos indicadores em que a convergência face à Europa se faz claramente notar.

A estrutura socioprofissional portuguesa mantém ainda fortes traços característicos das sociedades industriais de meados do século XX, tal como acontece em muitos outros países (Castells, 2002). Permanece, inclusive entre os jovens e não obstante o desenvolvimento sócio-educativo recente, uma proporção significativa da população com inserções profissionais relativamente pouco qualificadas e pautadas pela fraca mobilização de conhecimentos codificados. E parecem manter-se, em muitos casos, estruturas laborais que tendem a privilegiar a antiguidade sobre a formação. Mas, a evolução recente revela o geminar de novas formas de organização socioeconómica, nas quais os jovens e os indivíduos mais escolarizados terão um papel bastante relevante. Começam a assumir maior protagonismo o empresariado e as novas classes médias assalariadas, caracterizadas por elevados índices de qualificação, melhores níveis de rendimento, novas modalidades de consumo e práticas culturais e, ainda, por uma crescente paridade entre os sexos. São precisamente estes grupos que demonstram um maior dinamismo profissional, traduzido, entre outros, num maior investimento na formação contínua, em promoções mais frequentes ou na crescente complexificação dos conhecimentos mobilizados no trabalho. Estas são, aliás, características presentes entre boa parte dos jovens, mesmo que estes não beneficiem de igual estabilidade laboral ou que se integrem em categorias profissionais de nível inferior.

A título de exemplo, segundo o apurado directamente por esta pesquisa, mais de 1/3 dos profissionais técnicos e de enguadramento e perto de 1/5 dos activos menores de 30 anos de idade foram promovidos nos últimos dois anos, quando a média global não foi além dos 15%. Num contexto pautado pela crescente tecnicidade das actividades produtivas e dos serviços prestados, cerca de metade da população activa portuguesa terá, em igual período, passado a mobilizar no seu trabalho um maior volume de conhecimentos técnicos. Mas no caso específico daqueles dois grupos, tal incidência é ainda maior – respectivamente 75% e 57% – o que indicia bem os processos de desenvolvimento profissional em que estes estão actualmente envolvidos.

Finalmente, dada a oferta de conteúdos em cada língua, é interessante verificar quem é a procura, ou seja, qual é o número de utilizadores, em cada uma (quadro 3.26).

Tal como no estudo efectuado pela Funredes, é clarificador ver o quociente entre o número de sites internet públicos e o número de utilizadores em cada língua.

Estes dados permitem-nos distinguir três blocos: o mundo anglo-germânico, que inclui o inglês, o alemão e o holandês, com um quociente superior ou igual a 1; o mundo latino, que inclui o italiano, o espanhol e o português, com um quociente igual ou inferior a 0.5 e os países das economias emergentes do sudoeste asiático, integrando o chinês e o coreano, com um quociente de 0,2. O francês com um quociente de 0,8 encontra-se muito perto dos primeiros.

Enquanto os produtores de conteúdos das línguas anglo-germânicas demonstram confiança em colocar informação de acesso livre na rede, os das línguas latinas são mais reticentes em fazê-lo. Nos países não ocidentais, a presença pública na internet nas suas próprias línguas é praticamente inexistente.

Quadro 3.26 Língua dos conteúdos na internet pública em relação à língua dos utilizadores, 2002

Língua	Porcentagem de sites públicos em cada língua	Porcentagem de utilizadores em cada língua	Quociente entre sites e utilizadores
Inglês	72	37,3	1,9
Alemão	7	6,9	1,0
Holandês	2	2,1	1,0
Francês	3	3,7	0,8
Japonês	6	9,7	0,6
Italiano	2	3,8	0,5
Espanhol	3	8,0	0,4
Português	1	3,0	0,3
Chinês	2	12,4	0,2
Coreano	1	4,5	0,2

Fonte: OCLC, Global Reach.

Esta visão dos estudos realizados sobre a língua do conteúdo em texto na internet e a primeira língua do utilizador que acede, permite afirmar que, sem dúvida, a proporção do inglês na internet continua a ser claramente maioritária.

### Uma sociedade em transição na rede global

Como se observa pela análise apresentada no capítulo 2, Portugal quando olhado a partir de uma perspectiva de evolução de modelos de desenvolvimento é um país que se encontra num processo de transição de uma sociedade industrial para uma sociedade informacional.

No entanto, trata-se de uma sociedade industrial que, tal como por exemplo a sociedade italiana, é constituída economicamente em grande medida por pequenas e médias empresas mas que nunca se afirmou fortemente enquanto produtor industrial em larga escala (Castells, 2002). Tendo assumido na segunda metade do século XX aquilo que se pode designar por proto-industrialismo e procurando agora atingir um proto-informacionalismo (Castells, 2002), Portugal ensaia através das suas múltiplas redes de pertença, que vão da sua inserção na União Europeia, à manutenção das boas relações na óptica da defesa com os EUA, ao estabelecer de redes de parceria com o Brasil, com as ex-colónias africanas e asiáticas e as regiões dotadas de autonomia na vizinha Espanha, adaptar-se às condições de mudança da economia global.

Até agora na nossa análise fez-se recurso essencialmente a dados comparativos com as regiões onde predominam as línguas de origem latina, dando também, sempre que os dados o possibilitam, uma especial ênfase à Catalunha onde, como referido, um estudo análogo ao aqui analisado se realizou em 2002 (Castells e outros, 2003). Assumindo o carácter de transição da sociedade portuguesa actual segundo um modelo de desenvolvimento informacional, e com o intuito de posicionar melhor o modelo de sociedade rede em emergência, pode-se, também, comparar os dados de composição social por categorias profissionais em Portugal com os do início dos anos noventa num conjunto de economias desenvolvidas.

Quadro 3.27 Composição das categorias profissionais em países seleccionados (%)

Categoria profissional	EUA 1991	Canada 1992	Reino Unido 1990	França 1989	Alemanha 1987	Japão 1990	Portugal 1991	Portugal 2001
Administradores	12,8	13,0	11,0	7,5	4,1	3,8	4,3	7,0
Profissionais qualificados	13,7	17,6	21,8	6,0	13,9	11,1	5,6	8,6
Técnicos	3,2	-	-	12,4	8,7	^	7,5	9,6
Sub total	29,7	30,6	32,8	25,9	26,7	14,9	17,4	25,2
Profissionais de vendas	11,9	9,9	6,6	3,8	7,8	15,1	13,6	14,3
Funcionários administrativos	15,7	16,0	17,3	24,2	13,7	18,6	18,7	11,1
Sub total	27,6	25,9	23,9	28,0	21,5	33,7	24,3	25,4
Artífices e operadores	21,8	21,1	22,4	28,1	27,9	31,8	32,8	30,3
Sub total	21,8	21,1	22,4	28,1	27,9	31,8	32,8	30,3
Mão-de-obra semi-qualificada do sector de serviços	13,7	13,7	12,8	7,2	12,3	8,6	-	-
Mão-de-obra semi-qualificada do sector dos transportes	4,2	3,5	5,6	4,2	5,5	3,7	-	-
Sub total	17,9	17,2	18,4	11,4	17,3	12,3	16,8	15,1
Diferentes e trabalhadores rurais	3,0	5,1	1,6	6,6	3,1	7,2	8,7	4,1
Não classificada	-	-	1,0	-	3,0	-	-	-
Sub total	3,0	5,1	2,6	6,6	6,1	7,2	8,7	4,1

Nota: As classificações utilizadas sofreram alguns reajustes ao longo deste período, pelo que a comparabilidade dos dados apresentados, embora em termos gerais possível, tem de ter em conta algumas ressalvas. A soma dos números acima pode não corresponder exactamente a 100% uma vez que as percentagens foram arredondadas.

Fonte: Portugal: INE, Recenseamentos Gerais da População. Resumidos países adaptado de Castells, 2002, p.395.

O quadro 3.27, onde se apresenta a composição das categorias profissionais em países seleccionados da América do Norte, Europa e Ásia, permite perceber melhor as debilidades da sociedade portuguesa na sua actual fase de proto-informacionalismo.<sup>27</sup>

Verificase que, embora com uma evolução positiva, Portugal apresenta ainda, nas categorias profissionais mais qualificadas (Administradores e Profissionais qualificados), valores abaixo dos apresentados pelos países mais desenvolvidos no início da década de noventa (à excepção da França). Isto é, Portugal possui ainda um número reduzido de técnicos e profissionais altamente qualificados e um excesso relativo de mão-de-obra semi-qualificada e artífices e operadores.

Portugal, em termos da sua estrutura de emprego, na relação entre indústria e serviços, bem como na relação entre gestão de informação/gestão de bens encontra-se mais próximo dos modelos alemão e italiano. A leitura que se pode tirar do quadro anterior é que o actual momento de transição, entre um proto-industrialismo e um estágio de informacionalismo ainda relativamente incipiente, está por um lado próximo do modelo de produção industrial<sup>28</sup>, pois mantêm em níveis relativamente elevados (bastante mais de um quarto da força de trabalho) o seu emprego

<sup>27</sup> Cada modo de desenvolvimento estrutura-se em torno de um modelo de desempenho em torno do qual se organizam as actividades económicas. O industrialismo é orientado para o crescimento económico e a maximização do output. O informacionalismo é orientado para o desenvolvimento tecnológico (ex., para a acumulação de conhecimento e maiores níveis de complexidade no processamento de informação) (Castells, 2002).

<sup>28</sup> O modelo de produção industrial é claramente representado pelo Japão e, consideravelmente, pela Alemanha, os quais, embora reduzindo também o emprego industrial, confinam a mantê-lo em níveis relativamente elevados (cerca de um quarto da força de trabalho), enveredando por um movimento muito mais gradual que permite a reestruturação das actividades industriais no novo paradigma socio-técnico. Com efeito, este modelo reduz o emprego industrial ao mesmo tempo que reforça a actividade industrial. Em parte como reflexo desta orientação, os serviços relacionados com a produção são muito mais importantes que os serviços financeiros, e acabam por estar em estreita ligação com as empresas industriais. Isto não significa que as actividades financeiras sejam menos importantes no Japão e na Alemanha: afinal, oito dos dez maiores bancos do mundo são japoneses. No entanto, embora os serviços financeiros sejam importantes e tenham aumentado a sua cota de participação nos dois países, a maior parte do crescimento em termos de serviços ocorre nos serviços empresariais e sociais (Castells, 2002).

industrial, mas ao mesmo tempo incorpora dimensões próximas de um modelo económico de serviços<sup>29</sup>, em que se enfatiza uma nova estrutura de emprego na qual a diferenciação entre as várias actividades de serviços se torna o elemento chave para a análise da estrutura social.

Quadro 3.28 Distribuição do emprego por tipo de sector produtivo e respectivos rácios, Portugal e G7 (%)

Tipo de sector produtivo	EUA 1991	Japão 1990	Alemanha 1987	França 1989	Itália 1990	Reino Unido 1990	Canadá 1992	Portugal 1990	Portugal 2001
Indústria <sup>1</sup>	24,9	35,8	41,5	30,6	31,9	29,6	23,5	49,7	39,3
Serviços <sup>1</sup>	75,1	64,2	58,5	69,4	68,1	70,4	79,5	50,3	60,7
Serviços / indústria	3,0	1,8	1,4	2,3	2,1	2,4	3,3	1,0	1,5
Gestão de produtos <sup>1</sup>	51,7	65,9	60,8	54,9	62,2	54,2	54,3	65,6	60,3
Gestão de informação <sup>1</sup>	48,3	33,4	39,2	45,1	37,8	45,8	45,7	34,4	39,7
Gestão de informação/gestão de bens	0,9	0,5	0,6	0,8	0,6	0,8	0,8	0,5	0,7

<sup>1</sup> Para Portugal a indústria soma os sectores extractivos, da construção e da transformação; os serviços incluem os restantes sectores.

<sup>2</sup> Para Portugal a gestão de produtos inclui o sector extractivo, da construção, da transformação, dos transportes (no ano de 2001 é também incluído o sector das comunicações) e do comércio; a gestão de informação integra os serviços públicos, as comunicações (excepto para 2001), serviços relativos à produção, serviços sociais e serviços pessoais.

Fonte: Banco de Portugal (2003) e INE, Recenseamentos Gerais da População, restantes países adaptado de acordo com o apresentado em Castells (2002, pp. 389,394).

<sup>29</sup> O modelo da economia de serviços é representado pelos EUA, Reino Unido e Canadá. É caracterizado pelo rápido declínio do emprego industrial após 1970, no sentido do informalismo acelerado. Tendo eliminado quase todo o emprego agrícola, este modelo enfatiza uma nova estrutura de emprego onde a diferenciação entre as várias actividades de serviços se torna o elemento chave para a análise da estrutura social. Este modelo destaca os serviços relacionados com a gestão de capitais relativamente aos serviços ligados à produção, mantendo a expansão do sector dos serviços sociais em virtude do enorme aumento do emprego na área da saúde e, em menor grau, na área da educação. É também caracterizado pela expansão da categoria de gestores, que inclui um número considerável de gestores de nível médio (Castells, 2002).

Quadro 3.29 Distribuição do emprego por sector produtivo e respectivos subsectores, Portugal e G7 (%)

Sectores	EUA 1991	Japão 1990	Alemanha 1987	França 1989	Itália 1990	Reino Unido 1992	Canadá 1992	Portugal 1990	Portugal 2001
I Extractivo	3,5	7,2	4,1	6,4	9,5	1,7	5,7	13,5	5,4
Agricultura	2,9	7,1	3,2	6,3	9,5	1,2	4,4	13,1	5,0
Mineração	0,6	0,1	0,9	0,1	-	0,5	1,3	0,4	0,4
II Transformação	24,7	33,7	40,3	29,5	29,7	26,3	22,3	36,9	34,7
Construção	6,1	9,6	7,1	7,2	7,0	4,0	6,3	10,0	12,3
Electricidade, gás e água	1,1	0,6	1,0	1,0	0,8	1,2	1,2	0,7	0,7
Indústria	17,5	23,6	32,2	21,3	21,8	21,6	14,9	26,2	21,7
Alimentar	1,5	2,3	2,9	2,8	1,6	2,9	-	2,9	2,1
Têxtil	0,6	1,2	1,1	1,7	5,0	0,8	-	10,4	5,7
Metallúrgica	1,7	3,2	4,3	3,5	4,7	2,7	-	0,6	2,4
Máquinas e equipamentos	3,7	5,9	4,9	4,5	3,3	5,8	-	5,0	3,2
Produtos Químicos	1,3	1,1	2,7	1,6	1,3	1,4	-	1,5	1,2
Diversos <sup>1</sup>	8,6	10,0	16,2	7,3	5,9	8,0	-	5,8	7,1
III Serviços de distribuição	20,6	24,3	17,7	20,5	25,8	20,7	24,0	17,0	21,0
Transportes	3,6	5,0	5,9	4,3	5,2	4,3	4,1	3,7	4,5
Comunicações <sup>2</sup>	1,4	1,0	-	2,2	1,3	1,9	2,1	1,1	-
Comércio	15,7	18,3	11,8	14,0	17,3	14,5	17,7	12,2	16,5
IV Serviços relativos à produção <sup>3</sup>	14,0	9,6	7,3	10,0	-	12,3	11,3	3,8	7,9
Actividades financeiras	2,8	1,9	2,4	2,0	1,8	2,8	3,7	1,6	2,1
Seguros <sup>4</sup>	2,1	1,3	1,0	0,8	-	1,2	-	0,4	-
Actividades imobiliárias	1,8	1,1	0,4	0,3	-	0,7	2,2	1,8	5,8
Outros	7,3	5,3	3,5	6,9	-	7,6	5,4	-	-
V Serviços sociais <sup>5</sup>	25,5	14,3	24,3	19,5	-	28,7	22,6	18,5	20,6
VI Serviços pessoais <sup>6</sup>	11,7	10,2	6,3	14,1	-	9,7	13,5	10,3	10,5

<sup>1</sup> Inclui indústrias da madeira e cortiça; do papel, tipográficas e afins; de produtos minerais não metálicos; e outras indústrias transformadoras.

<sup>2</sup> No ano de 2001 os valores relativos às comunicações estão incluídos na categoria dos transportes.

<sup>3</sup> Nos valores apresentados no ponto IV (Serviços relativos à produção) encontram-se apenas individualizadas as subcategorias para as quais existe disponível informação desagregada.

<sup>4</sup> No ano de 2001 os valores relativos aos seguros estão incluídos na categoria das actividades financeiras.

<sup>5</sup> Inclui administração pública e defesa; serviços de saneamento e limpeza; serviços sociais e similares; serviços recreativos e culturais; e organismos internacionais e outros.

<sup>6</sup> Inclui serviços pessoais e domésticos; e restaurantes e hotéis. A soma dos números acima pode não corresponder exactamente a 100% uma vez que as percentagens foram arredondadas.

Fonte: Banco de Portugal (2003) e INE, Recenseamentos Gerais da População, adaptado de acordo com o apresentado em Castells (2002).

Com base nos dados dos vários quadros apresentados podemos obter uma fotografia mais nítida da situação que nos permita posicionar Portugal à luz dos diversos conceitos de desenvolvimento informacional.

Portugal posiciona-se em 2001, ao nível do emprego por sector produtivo e respetivos subsectores, próximo dos modelos francês e italiano assentes numa indústria de transformação que atrai cerca de um terço da população. Mas no caso português essa estrutura de ocupação é marcada por um maior peso dos sectores têxtil e da construção. No campo dos serviços a procura de uma comparação é mais complexa.

Assim, no que respeita aos serviços de distribuição, Portugal aproximase mais do modelo dos EUA e Reino Unido, embora continue a sua proximidade com a França. Já no que diz respeito aos serviços relativos à produção, apesar da diferença de uma década em relação aos dados dos países do G7, Portugal não atinge ainda metade da ocupação da população registada em qualquer dos restantes países (à excepção da Alemanha, cujos valores se referem a 1987).

No que diz respeito aos serviços sociais, Portugal parece de novo posicionar-se perto da estrutura de emprego francesa, mas já no que diz respeito aos serviços pessoais o seu modelo mais próximo é o vigente nos EUA e Reino Unido.

Dai que, também ao nível dos modelos de desenvolvimento informacional, não se possa falar de uma adesão pura a um *modelo económico de serviços* ou a um *modelo de produção industrial*. Tal fica a dever-se possivelmente ao próprio processo de transição em curso que se manifesta de modo desigual em diferentes áreas da produção e dos serviços. Se, ainda assim, procurarmos encontrar quais as maiores semelhanças que Portugal apresenta com cada um dos modelos, pode-se dizer que Portugal, dada a sua estrutura de emprego, se encontra mais próximo de um modelo de produção industrial sem, no entanto, substituir o emprego industrial por *serviços relacionados com a produção*. Por outro lado, possui um modelo de emprego nos serviços pessoais e sociais próximo daquele que caracteriza as economias sustentadas por um *modelo económico de serviços* como os EUA e o Reino Unido. A conclusão a tirar desta análise é que, fruto do processo de transição em curso na sociedade portuguesa, não se configuram claramente ainda as tendências e que, a ser necessário definir uma aposta, esta se localizaria na proximidade entre as opções feitas pela França, no sentido de um modelo económico de serviços,

que mantêm uma base industrial relativamente forte mas com enfoque nos serviços relacionados com a produção e serviços sociais, e o percurso incerto da Itália na construção de um modelo informacional em que também ela se encontra em transição entre um modelo proto-industrial e um proto-informacionalismo (assente nas pequenas e médias empresas e nas redes por elas possibilitadas).

As tendências presentes, nos dados atrás apresentados, são também verificadas pelos dados obtidos no inquérito em que se baseia este estudo sobre a sociedade em rede em Portugal.

Embora em 2003 a maioria do emprego esteja concentrado no sector de serviços, está-o em serviços de tipo tradicional, como o comércio e a hotelaria (27%). Enquanto isso, os serviços emblemáticos das sociedades informacionais<sup>30</sup>, como os relacionados com os serviços sociais (23,6%) e serviços às empresas (9,6%), sejam eles de produção ou comunicações ou ainda financeiros, constituem 33% da estrutura de emprego (a que há ainda de juntar quase 7% de trabalho doméstico).

A sociedade portuguesa apresenta assim valores muito baixos essencialmente ao nível dos serviços relativos à produção. Se procurarmos estender a análise à comparação entre as gerações pós-25 de Abril e as nascidas antes do 25 de Abril podemos verificar que apesar dos problemas identificados há uma evolução positiva. Há ao longo dos últimos 30 anos um aumento sustentado das actividades desenvolvidas pelos profissionais intelectuais, científicos e técnicos e pelos profissionais de nível intermédio.

Enquanto para os indivíduos nascidos antes de 1967 as duas categorias representam apenas 11,6% da totalidade do emprego já nos mais jovens (indivíduos maiores de quinze anos que iniciaram a sua escolaridade no pós-25 de Abril) esse valor aumenta para 16,6%. Mas a situação portuguesa é também dual dentro da mesma estrutura etária.

<sup>30</sup> Os *serviços sociais* englobam: serviços médicos, hospitais, educação, serviços religiosos e de bem-estar social, organizações sem fins lucrativos, serviços postais, órgãos de governo e serviços sociais diversos. Os *serviços pessoais* englobam: serviços domésticos, serviços de hotelaria, bares e restaurantes, serviços de reparação, lavanderia, cabeleiros, entretenimento, serviços pessoais diversos. Os *serviços de distribuição* englobam: transportes, comunicações, comércio por grosso, comércio a retalho. Os *serviços relativos à produção*: actividades financeiras, seguros, actividades imobiliárias, engenharia, contabilidade, serviços empresariais diversos, serviços jurídicos (adaptado de Castells, 2002: 410).

Assim, embora os mais jovens tenham obtido maiores qualificações que as gerações anteriores o peso relativo de operários não qualificados só diminuiu na agricultura e pescas.

A percentagem de trabalhadores não qualificados dos serviços, do comércio e indústria, comunicações e transportes praticamente mantêm-se na estrutura de emprego entre os dois segmentos geracionais referidos (respectivamente para os mais velhos de 24,5% e para os mais jovens de 22,5%). O que se pode concluir desta leitura?

Por um lado o sistema produtivo em termos das competências necessárias não terá evoluído na mesma proporção que o sistema educativo (isto apesar do sistema educativo ser ainda muito frágil dada a sua elevada taxa de abandono escolar). Por outro lado, visto que existe um ligeiro decréscimo intergeracional entre os operários e artífices (de 21,1% para os mais velhos e 19,2% para os mais jovens), há uma recomposição das qualificações, ainda que lenta, pelo que se assiste ao aumento de trabalho administrativo (onde o emprego jovem aumenta em 4% face ao emprego dos mais velhos - 12,1% e 8,7%) mas também ao nível dos serviços e vendas que representam 18,7% do emprego jovem e apenas 13,3% entre os nascidos antes de 1967.

No contexto da era da *informação*, das sociedades informacionais e de uma organização social em rede, a situação portuguesa é particularmente complexa. Embora sejam evidentes os sinais de transição para um modelo de organização social em rede (e a consequente formação de uma sociedade em rede proporcionada pela utilização da internet) e uma transição para um maior número de *analistas simbólicos* (Reich, 1991), *características das sociedades informacionais* - mas ainda distantes, por exemplo, dos 18,5% da Catalunha (Castells e outros, 2003) - assiste-se, como se viu, a aspectos que são ainda característicos dos modelos industriais.

### **Portugal e os diferentes modelos económicos de sociedades informacionais**

Se os dados até aqui apresentados nos permitem clarificar o estado da transição da sociedade portuguesa para um modelo informacional, e a constituição de uma sociedade em rede, há ainda que contextualizar essa transição em função dos diferentes modelos de sociedades líderes

da dimensão informacional e das economias dinâmicas, de que os EUA, Finlândia e Singapura (Castells e Himanen, 2002) são exemplos paradigmáticos.

Hoje em dia não é difícil encontrar, em documentos produzidos, nas instituições da União Europeia, ou no quadro da OCDE e mesmo da ONU, que a equação para o desenvolvimento económico e social dos países, cidades ou zonas na *era da informação* é a apropriação do uso das ferramentas tecnológicas e a sua integração nos circuitos produtivos e de relacionamento pessoal necessitando para tal, todo o país, cidade ou zona, de realizar a inserção efectiva das mesmas no tecido empresarial e ao nível do estado (na gestão da república, na formação, na gestão do território e na sua defesa, etc.).

Clarificando um pouco, importa salientar que, ao contrário do muitas vezes apregoado, o tecido produtivo da *era da informação* não é, simplesmente, o das empresas tecnológicas (as *chamadas .com* - "*dot.com*") mas sim o das empresas que sabem incorporar as tecnologias de *informação* no seu processo produtivo, organizativo, de distribuição e de promoção.

Assim, a nova economia não são apenas as *amazon.com*, *ebay* ou as empresas de telecomunicações - embora façam também parte dessa mesma economia - mas também empresas que, como a INDITEX (Grupo espanhol detentor da ZARA entre outras marcas de roupa), souberam usar a internet para atingir os seus objectivos económicos (Castells, 2004a).

Aliás, as empresas de sectores tradicionais são em muito maior número que as puramente tecnológicas ou directamente vocacionadas para o *on-line*. E um tecido produtivo, terá hoje, como aliás tem vindo a acontecer ao longo dos séculos, um sector dinamizador e igualmente outros que aproveitam esse mesmo dinamismo para inovar.

Qualquer país ou zona geográfica, para triunfar neste jogo, de importações e exportações e desenvolvimento de competências, necessita também de ter quadros com capacidade de utilizar a tecnologia para inovar, seja no circuito económico ou no Estado, quadros que realizem trabalhos repetitivos - ou não criativos - mas com a utilização daquelas tecnologias, uma infra-estrutura de telecomunicações, um tecido empresarial inovador, um Estado que saiba criar as condições em termos de



formação das pessoas, reconversão dos seus modelos organizativos e de gestão e que estabeleça leis de regulação, enquadramento e incentivo.

Durante a década de noventa muito mudou em Portugal no domínio das tecnologias de informação. Os primeiros passos foram a incorporação no discurso político das temáticas da sociedade de informação a par de um constante crescimento do uso dos telemóveis e da internet por parte dos particulares (Cardoso, 2003).

Seguiu-se a actividade legislativa de enquadramento, a definição de algumas questões base para o desenvolvimento das telecomunicações, formação de jovens e fomento da utilização das novas tecnologias - com o Estado a actuar como dinamizador da iniciativa privada nesta área.

Os últimos 10 anos foram igualmente anos de elevado investimento por parte das empresas de *media*, telecomunicações e grupos financeiros, pois foi a época da liberalização dos mercados, da apetência bolsista para adquirir acções de empresas *startup* - em que a ideia detém a primazia sobre a gestão temporal da possibilidade de retorno do investimento - e das visões demasiado utópicas ou demasiado deterministas quanto ao futuro da economia e da sociedade em geral (Cardoso, 1999).

A análise dos diferentes modelos de sociedade informacional pode tomar como ponto de partida a individualização de quatro dimensões (tecnologia, economia, bem-estar social e valores) através das quais se pode compreender melhor qual a posição relativa de Portugal no panorama global das sociedades informacionais (Castells e Himanen, 2002).

Podem-se considerar que uma sociedade é informacional (Castells e Himanen, 2002) se possui uma sólida tecnologia de informação (infra-estrutura, produção e conhecimento). Os países aqui seleccionados, Finlândia, Estados Unidos e Singapura, são sociedades informacionais avançadas. São igualmente economias dinâmicas porque são internacionalmente competitivas, tem empresas produtivas e são inovadoras. Mas porque "a tecnologia e a economia não são mais do que uma parte da história" (Castells e Himanen, 2002: 31), pode-se dizer que uma sociedade é aberta se o é politicamente, isto é, ao nível da sua sociedade civil, e se está aberta aos processos globais. Igualmente o seu bem-estar social pode ser avaliado em função da sua estrutura de rendimentos e da cobertura oferecida aos seus cidadãos em matéria de saúde e educação.

Os dados presentes nos quadros seguintes comparam Portugal com três modelos de sociedades informacionais. Que são respectivamente os

modelos que se podem designar por *Silicon Valley*, o modelo de uma sociedade orientada pelo mercado e aberta, por *Singapura*, o modelo de um regime informacional autoritário e, por fim, o modelo *Finlandês* de uma sociedade providência informacional.

A qualificação de uma sociedade como informacional baseia-se assim numa sólida tecnologia de informação ao nível das infraestruturas, produção e conhecimento. Como se posiciona Portugal nessas dimensões?

Portugal no que se refere ao índice de desenvolvimento tecnológico encontra-se (UNDP, 2001: 48) em 27º lugar na segunda divisão de países - os denominados líderes potenciais. Sendo essa segunda divisão comandada pela Espanha (19º lugar) e pela Itália (20º lugar).

Ao nível da infra-estrutura Portugal apresenta valores para o número de máquinas ligadas à internet (*hosts*) por 10000 habitantes de 25% dos valores das economias avançadas e de 14% da Finlândia. No entanto, a situação inverte-se totalmente quando se compara o número de contadores de uso de telemóveis por 1000 habitantes. Portugal encontra-se em sexto lugar (774) num *ranking* mundial liderado pela Itália (883) e seguido por três países escandinavos (Islândia, Noruega e Finlândia).

Portanto, embora possuindo uma baixa infra-estrutura ao nível da internet pode dizer-se que Portugal possui uma infra-estrutura de tecnologias móveis claramente acima da média global.

O panorama ao nível da produção já não é tão optimista pois Portugal possui uma muito baixa taxa de exportações de alta tecnologia, atingindo apenas um quarto da média das economias mais avançadas (Portugal 6, para 21 por parte das economias avançadas<sup>11</sup>). Representando apenas 10% dos valores atingidos por Singapura, a sua maior proximidade é junto do modelo Finlandês, atingindo os valores portugueses 26% da totalidade das exportações de alta tecnologia da Finlândia (um país que na década anterior passou de valores similares a Portugal para os actuais 23%). Completando a contextualização desta análise, se compararmos a relação entre exportações de produtos primários e manufacturados das

<sup>11</sup> Os valores referentes às "economias avançadas" foram adaptados sempre que possível dos cálculos já disponibilizados (Castells e Himanen, 2002). Quando se concluiu pela necessidade de um novo cálculo optou-se por utilizar os dados referentes aos G7, por vezes, utilizando para o cálculo da média também dados dos países OCDE mais desenvolvidos.



quatro economias a sua estrutura é similar (respectivamente 14% e 86%) pelo que é ao nível das exportações de alta tecnologia que as diferenças surgem para Portugal.

Se utilizarmos a medida "comércio electrónico" para caracterizar o desenvolvimento da área de serviços e vendas de uma economia, o panorama português é um misto de valores positivos e negativos. Se, por um lado, acompanhou entre 1998 e 2001 as taxas de crescimento de mais de 600% de servidores seguros da Finlândia (e fé-lo acima da média das economias mais avançadas). Por outro lado, possui uma das mais baixas taxas de servidores seguros por 100 000 habitantes (apenas 2,34, um valor que representa apenas 14,3% da média das economias mais avançadas).

A leitura destes valores tem de ter presente também a sua relação com o número de utilizadores, pois um valor elevado de utilização é indicador também de um maior potencial de mercado. Sem número elevado de utilizadores não há incentivo ao aumento do comércio electrónico (seja ao nível inter-empresas ou com particulares). Embora em 2003, segundo os dados do nosso inquérito, Portugal possuisse 29% da sua população como utilizadores directos da internet, sendo em 2001 os valores de utilização cerca de 18% (INE, 2003), o que representa uma taxa de crescimento de 60% em dois anos, Portugal encontrase ainda bastante distante dos cerca de 50% de qualquer dos três modelos aqui analisados. Tal indicia um mercado ainda relativamente restrito para o desenvolvimento do comércio electrónico interno.

No entanto, há outro dado que pode dar uma visão mais positiva que é a relação entre o número de *hosts* e o número de servidores seguros. Alí Portugal, embora claramente distante das performances das economias avançadas (onde a relação é de 1 servidor seguro para apenas 692 máquinas com endereço IP) situase na mesma ordem de grandeza que os EUA ou a Finlândia.

Mas ao falar de tecnologias de informação estamos igualmente a falar de conhecimento e embora tenhamos já abordado algumas das dimensões, nomeadamente ao nível das qualificações para o emprego, os dados coligidos na comparação internacional no quadro 3.30 confirmam as tendências anteriormente apontadas.

Portugal possui mais do que um mero embrião ao nível das competências tecnológicas mas relativamente aos níveis necessários a uma eco-

nomia informacional encontra-se aparentemente ainda muito distante de os atingir.

Se não vejamos: quanto aos estudantes do ensino superior da área das ciências (exactas, naturais e tecnológicas), os rácios parecem colocar Portugal ao nível dos EUA, mas essa aparente semelhança mascara o facto de grande parte dos investigadores contratados nas empresas de alta tecnologia nos EUA terem obtido a sua formação no exterior (Castells e Himanen, 2002).

Portanto a comparação deverá ser feita com os dois outros modelos, *Singapura* e *Finlândia*. Uma comparação que é claramente negativa para Portugal. Pois, embora apenas a três pontos percentuais da média das economias avançadas, na realidade a formação na área das ciências em Portugal representa cerca de 50% da realizada em economias líder como as da Finlândia e Singapura.

Se olharmos para o número de cientistas e engenheiros em ISD em Portugal, e os compararmos com os demais países observados, compreende-se que o actual esforço não permite por si só recuperar o atraso, pois parte-se igualmente de uma posição muito débil.

Ou seja, por milhão de pessoas, Portugal possui 1576 cientistas e engenheiros a realizar investigação e desenvolvimento quando a média das economias avançadas é superior em 76% (a relação para com a Finlândia é de: 1 para 3 investigadores e engenheiros e de 1 para 2,5 para os dois restantes países em análise).

Todos os factores analisados e referentes às competências adquiridas, estrutura de emprego e predominância de áreas de baixa e média tecnologia na economia tem visibilidade ao nível da produtividade comparada da economia portuguesa e do seu PIB *per capita*.

Num índice 0-100 de competitividade, onde a média das economias avançadas é de 69 pontos, Portugal ocupa a 32ª posição com um índice de 58 pontos, estando as economias líder aqui analisadas entre os 80 e os 100 pontos e ocupando as três primeiras posições ao nível da competitividade global. O PIB *per capita* português representa 67% da média das economias mais avançadas.

A medição do crescimento da capitalização bolsista portuguesa é outro sinal da pouca competitividade da economia. Aos 24% de capitalização entre 1998 e 2000 opõem-se os 894% de capitalização bolsista finlandesa.

Quadro 3.30 Comparações internacionais no domínio da tecnologia

	Finlândia	EUA	Singapura	Portugal	Economias Avançadas
Máquinas ligadas à Internet: (por 10.000 hab.) <sup>1</sup>	1707,25(3)	3714,01(11)	478,18	239,28	819,15
Contratos de telemóvel (por 1.000 hab.) <sup>2</sup>	804	451	724	774	740
Porcentagem de exportações de alta tecnologia sobre o total de exportações <sup>2</sup>	23	32	60	6	21
Conteúdo electrónico (servidores seguros por 100 000 habitantes) <sup>3</sup>	14,9	33,28 (1)	17,31	2,34	16,3
Taxa de crescimento servidores seguros, 1998-2001 (%)	656	397	527	600	555
Relação entre hosts e servidores seguros (2001)	1144	1139	357	1054	692
Utilizadores de Internet (%) (2001) <sup>4</sup>	46	49 (4)	s.d.	18	33
Rácio de participação da população estudantil do ensino superior em ciências (%) <sup>5</sup>	27,4	13,9	24,2	12,0	15,0
Cientistas e Engenheiros em I&D (por milhão de pessoas) <sup>6</sup>	5059	4099	4140	1576	2778

<sup>1</sup> Valores para todos os países obtidos em World Indicators, International Telecommunication Union 2002 (ITU) em <http://www.itu.int/itu-news/issue/2002/04/cable4.html>.

<sup>2</sup> Valores obtidos por Necratif em Dezembro de 2001 em [http://www.watkenrey.com/shared\\_res/pdf/Securere-serven\\_2002\\_S.pdf](http://www.watkenrey.com/shared_res/pdf/Securere-serven_2002_S.pdf). Valor de hosts obtido a partir de World Indicators, International Telecommunication Union (ITU) em <http://www.itu.int/itu-news/issue/2002/04/rabit4.html>.

<sup>3</sup> Adaptado de Castells e Himanen, 2002, excepto dados de Portugal obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística em [http://alea-esp.ine.pt/html/actual/pdf/actualidades\\_47.pdf](http://alea-esp.ine.pt/html/actual/pdf/actualidades_47.pdf).

<sup>4</sup> Adaptado de Castells e Himanen, 2002, excepto dados de Portugal obtidos junto do Instituto Nacional de Estatística em [http://alea-esp.ine.pt/html/actual/pdf/actualidades\\_47.pdf](http://alea-esp.ine.pt/html/actual/pdf/actualidades_47.pdf).

<sup>5</sup> Adaptado de Castells e Himanen, 2002, excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2001. Definição da Unesco para o indicador em causa: "gross enrolment in tertiary education - total enrolment in tertiary education regardless of age, expressed as a percentage of the population in the five-year age group following the secondary-school leaving age".

No entanto, a fraca performance da economia portuguesa não pode ser explicada apenas pela falta de competências especializadas em tecnologias avançadas, nem apenas na estrutura de emprego desequilibrada ou na predominância de áreas de baixa e média tecnologia na economia.

Porque as causas também se encontram ao nível do investimento em inovação. As economias informacionais são baseadas na inovação enquanto as industriais se centram na optimização do crescimento económico. Daí, que o investimento em I&D em percentagem do PIB indique até que ponto uma sociedade interiorizou na sua esfera económica um modelo de desenvolvimento informacional e o desportar de uma organização económica em rede que acompanha esse movimento de reestruturação (Castells, 2002, 2003a, 2003b, e 2004a).

Quadro 3.31 Comparações internacionais de indicadores de desenvolvimento informacional

	Finlândia	EUA	Singapura	Portugal	Economias Avançadas
Competitividade (Índice 0-100) <sup>1</sup> (*) Posição relativa	83 (3)	100 (1)	88 (2)	58 (12)	69
PIB per capita (\$ EUA) <sup>2</sup>	24430	34320(3)	22680	18150	27009
Produtividade (Industrial: Índice 100 = EUA)	99	100	s.d.	s.d.	s.d.
Crescimento da capitalização bolsista (1996-2000) (%) <sup>3</sup>	894	429	s.d.	24	s.d.
Investimento em I&D em % do PIB (1996-2000) <sup>4</sup>	3,1 (3)	2,6	1,9	0,7	2,0
Receitas derivadas da propriedade intelectual e licenças (\$ E.U.U. por 1.000 hab.) <sup>4</sup>	126 (5)	130 (4)	26	2,5	26

<sup>1</sup> Adaptado de Castells e Himanen 2002 excepto valores para Portugal obtidos directamente da fonte citada na obra, ítem 6, o IMD.

<sup>2</sup> Valores para todos os países obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2003.

<sup>3</sup> Adaptado de Castells e Himanen 2002, excepto dados de Portugal obtidos na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em [http://www.cmvm.pt/consulta\\_de\\_dados\\_e\\_registos/indicadores/indicadores.asp](http://www.cmvm.pt/consulta_de_dados_e_registos/indicadores/indicadores.asp), os valores para Portugal referem-se a 1997-2000 (Acções - BVL 30).

<sup>4</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2001.

Para uma média em 2000 de 2% do PIB nas economias avançadas investido em I&D, Portugal investiu apenas 0,7% quando qualquer dos modelos analisados se colocá acima dos 2%, com a Finlândia a atingir os 3,1% do produto interno bruto.

Outro indicador, igualmente representativo, corrobora essa tendência da economia portuguesa. As receitas derivadas de propriedade intelectual ou licenças concedidas a terceiros representam apenas 2,5 dólares por 1000 habitantes o que identifica a nossa dependência da inovação de terceiros mercados. A título de exemplo a Finlândia obtém 126 dólares, os EUA 130, a Irlanda 110,3 e Espanha e Itália 8,6 e 9,8.

A leitura que se pode tirar das comparações nas dimensões infra-estruturais de produção e conhecimento tecnológico é a de uma confirmação da posição de Portugal como uma sociedade proto-informacional, ou, se preferirmos em transição para uma sociedade informacional. Uma sociedade onde a manifestação das estruturas organizativas e de produção em rede despontam e convivem com os, ainda dominantes, modelos económicos característicos das sociedades industriais.

### Sociedades informacionais, valores e bem-estar social

Como já vimos as sociedades informacionais não são apenas caracterizadas pela sua apropriação da tecnologia mas também pela sua abertura interna e bem-estar social.

Em Portugal não vigora um regime autoritário, os valores predominantes na sociedade são hoje os de uma sociedade aberta. A abertura de uma sociedade pode ser medida através de várias dimensões, como por exemplo em função da posição relativa que a população reclusa tem face à totalidade da população. Como se pode verificar pelo quadro 3.31, se o modelo *Finlandês* se caracteriza por um rácio dez vezes mais baixo que o dos EUA, Portugal tem valores duas vezes superiores à Finlândia, evidenciando, ainda assim uma maior proximidade a este último modelo.

Ao nível da igualdade entre homens e mulheres encontra-se ainda abaixo da média das economias avançadas (629 para Portugal e 661 para as economias avançadas) posicionando-se exactamente a meio do intervalo entre o modelo mais desigual (Singapura 509) e o modelo mais igualitário (Finlandês 783).

Se nesta obra analisámos a estrutura de rendimentos da população portuguesa em função de comparações intergeracionais (e genericamente face a modelos de distribuição de rendimentos) podemos igualmente comparar o bem-estar da população portuguesa face aos modelos de bem-estar associados aos três modelos de sociedade informacional em análise (*Finlandês*, *Singapura* e *Silicon Valley*).

Assim no que diz respeito ao rácio dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres o modelo finlandês de providência informacional é aquele que apresenta uma maior igualdade de rendimentos (3,6).

Quadro 3.32 *Comparações internacionais de indicadores de bem-estar social*

	Finlândia	EUA	Singapura	Portugal	Economias Avançadas
Taxa combinada de estudantes de primeiro, segundo e terceiro ciclo <sup>1</sup>	103 (4)	93	75 (-1)	93	94
Literacia funcional (%) <sup>2</sup>	89,6(2)	79,3	s.d.	52	83
Esperança de vida à nascença (anos) <sup>3</sup>	77,4	76,8	77,4	75,5	78
Cobertura de cuidados de saúde (%) <sup>3</sup>	100	82	s.d.	100	s.d.
Rácio dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres <sup>4</sup>	3,6 (3)	8,9 (-3)	9,6 (-2)	5,9	5,8
Porcentagem de população inferior à linha de pobreza <sup>5</sup>	3,8 (4)	14,1 (-4)	s.d.	21	10,6
Coefficiente Gini <sup>6</sup>	25,6	40,8	s.d.	35,6	28,57

<sup>1</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2001.

<sup>2</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2003. Calculado a partir do indicador "Lacking functional literacy skills" em [http://hdr.undp.org/reports/global/2003/pdf/hdr03\\_HDI.pdf](http://hdr.undp.org/reports/global/2003/pdf/hdr03_HDI.pdf).

<sup>3</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002) excepto dados para Portugal. Dada a existência de um Serviço Nacional de Saúde com universalidade pressupõe-se a cobertura da totalidade da população portuguesa.

<sup>4</sup> Adaptado de Castells e Himanen 2002 excepto dados para Portugal de World Development Report On Poverty do Banco Mundial em <http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/>.

<sup>5</sup> Adaptado de Castells e Himanen 2002. Para Portugal, valor obtido em Capucha (2004), Desafios da Pobreza, Lisboa, ISCTE, p.131 (Tese de Doutoramento). Medida de pobreza relativa, referida a um limiar de 60% da mediana do rendimento disponível nos agregados domésticos.

<sup>6</sup> Dados para todos os países baseados em World Development Report On Poverty do Banco Mundial em <http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/>. No coeficiente Gini, 100 representa desigualdade absoluta, a situação em que uma pessoa obtém tudo e os demais nada. O valor 0 representa igualdade absoluta, em que todos recebem exactamente o mesmo.

No campo oposto, o modelo informacional liderado pelo mercado (*Silicon Valley*) ou o autoritário (*Singapura*) apresentam distribuições de rendimentos muito mais desequilibradas, ocupando respectivamente o terceiro e o segundo lugar no *ranking* das economias avançadas, com a pior relação entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres (8,9 e 9,6).

Portugal encontra-se, mais uma vez numa situação intermédia entre os dois modelos. No entanto, o seu coeficiente de Gini (35,6), no qual 100 representa desigualdade absoluta, a situação em que uma pessoa obtém tudo e os demais nada, e o valor 0 representa igualdade absoluta em que todos recebem exactamente o mesmo, coloca-o mais próximo do modelo *Silicon Valley* (40,8) do que do modelo *finlandês* (25,6) e claramente acima da média das economias avançadas (28,6)<sup>32</sup>.

O bem-estar social está assim associado à distribuição de rendimentos mas também à educação e à saúde. Se pensarmos em termos de cobertura de cuidados de saúde, Portugal com o seu Serviço Nacional de Saúde (SNS) segue claramente o modelo *finlandês*, com a sua cobertura da totalidade da população e afasta-se do modelo informacional de *Silicon Valley* onde existe uma percentagem considerável da população excluída do acesso ao sistema de seguros de saúde (18%).

Ao nível da educação valerá igualmente a pena referir que a abertura de uma sociedade informacional não depende apenas da taxa combinada de estudantes dos três ciclos a qual, apesar do elevado abandono<sup>33</sup>, que a taxa não leva em consideração, coloca Portugal ao nível dos EUA e da Finlândia.

<sup>32</sup> Vale a pena no entanto lembrar que se a análise ocorrer entre diferentes gerações o coeficiente de Gini colocará as gerações nascidas depois de 1967 muito mais próximas das sociedades informacionais de providência do que dos modelos informacionais dirigidos pelo mercado.

<sup>33</sup> Os dados indicam que as taxas de abandono na UE são relativamente altas com uma média de 22,5 %. No entanto, existem diferenças acentuadas entre estados membros. Assim os estados do norte da Europa possuem melhores resultados do que os restantes. Portugal (40,7 %), Itália (30,2 %), Espanha (30,0 %) e Reino Unido (31,4 %) possuem taxas muito elevadas, enquanto a Alemanha (13,2 %), Áustria (11,5 %) e os países escandinavos (Suécia 9,6 % e Finlândia 8,5 %) apresentam valores abaixo da média (em <http://europa.eu.int/comm/education/policies/educ/indic/rapimen.pdf>).

No entanto, no que respeita à alfabetização funcional, ou seja, a capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos ao nível escolar na sociedade onde se insere, Portugal apresenta resultados muito negativos com uma taxa de apenas 52% para uma média das economias avançadas de 83% e de mais 80% para os EUA e a Finlândia.

Quadro 3.33 Comparações internacionais de indicadores de cidadania

	Finlândia	EUA	Singapura	Portugal	Economias Avançadas
Liberdade dos meios de comunicação (índice 0-100; 0 = livre) <sup>1</sup>	10 (livre)	17 (livre)	66 (-1) (não livre)	15 (livre)	17 (livre)
Igualdade de género (0-1.000, 0 = desigual) <sup>2</sup>	783 (3)	738	509 (-4)	629	661
Pertença a associações <sup>3</sup>	1,8	1,1	s.d.	1,4	s.d.
População reclusa (por cada 100.000 hab.) * (*) posição relativa	71 (-157)	701 (-1)	388 (-18)	134 (-93)	126
Estrangeiros ou nascidos no estrangeiro (% de população) <sup>4</sup>	2,5	10,4	s.d.	4,1	s.d.
Meio ambiente: emissão de CO <sub>2</sub> (toneladas métricas per capita) <sup>5</sup>	10,9	20,1 (-2)	23,4 (-1)	5	10,4

<sup>1</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002), todos os dados de Press Freedom Survey 2003 em <http://www.freedomhouse.org/>.

<sup>2</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos no relatório UNDP Human Development Report 2001.

<sup>3</sup> Adaptado de Castells e Himanen (2002), excepto dados de Portugal obtidos directamente no presente estudo. Os valores referem-se apenas às pessoas com formação primária.

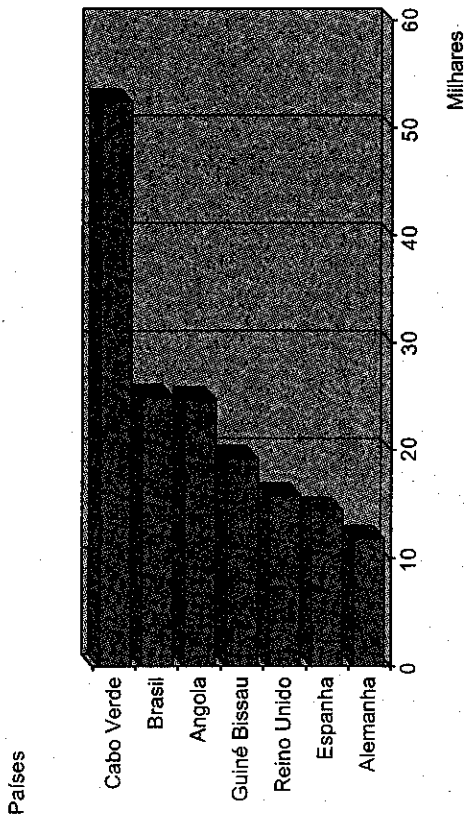
<sup>4</sup> Dados para todos os países baseados em International Center for Prison Studies, do Kings College. [http://www.kcl.ac.uk/depts/rel/icps/worldbrief/highest\\_to\\_lowest\\_rates.php](http://www.kcl.ac.uk/depts/rel/icps/worldbrief/highest_to_lowest_rates.php).

<sup>5</sup> Adaptado de Castells e Himanen 2002, excepto dados de Portugal obtidos no relatório sobre a população do Instituto Nacional de Estatística.

Portugal é uma sociedade aberta também quanto à sua relação com os interesses globais ao nível do ambiente, com emissões de CO<sub>2</sub> (toneladas métricas *per capita*), claramente abaixo das médias das economias avançadas (embora tenhamos de ter presente que parte desse baixo valor tem mais a ver com a incipiente industrialização da economia portuguesa ao longo do século XX do que com a aplicação de políticas ambientais).

A inserção numa sociedade global é igualmente possível de aferir em função da percentagem do número de estrangeiros ou nascidos no estrangeiro que uma sociedade alberga no seu seio.

Figura 3.1 População estrangeira residente, segundo as principais nacionalidades



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

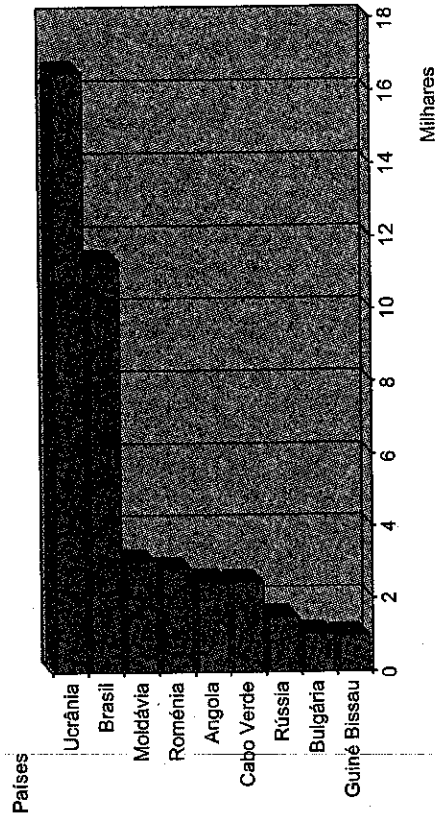
Os dados utilizados nesta comparação para Portugal merecem um enquadramento prévio. Ao estabelecer uma diferença entre População estrangeira residente<sup>34</sup> e população com autorização de permanência<sup>35</sup> os

<sup>34</sup> População estrangeira com estatuto legal de residente - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com a situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudos, de trabalho ou estada temporária, bem como os estrangeiros com a situação irregular (INE <http://alea-esp.ine.pt/html/actual/html/act39.html>).

<sup>35</sup> A partir de janeiro de 2001 foi criado um novo dispositivo legal: População estrangeira com autorização de permanência - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa, titulares de uma autorização de permanência em Portugal, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor (INE <http://alea-esp.ine.pt/html/actual/html/act39.html>).

valores utilizados na comparação referem-se à soma dos dois grupos. A sociedade portuguesa em termos de abertura a populações estrangeiras está mais próxima da sociedade norte-americana do que do modelo Finlandês, face à qual possui quase o dobro de percentagem de população estrangeira (respectivamente 2,5 e 4,1)<sup>36</sup>.

Figura 3.2 População estrangeira com autorização de permanência, segundo a nacionalidade



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001.

Historicamente Portugal também apresenta valores baixos de participação associativa (Cabral, 1997). No presente estudo cerca de 78,8% dos inquiridos não pertencem a nenhuma Associação. Apenas um quinto da população (21%) declarou pertencer a alguma associação, clube, organização não governamental (ONG), sindicato, partido político ou qualquer entidade associativa.

<sup>36</sup> Para mais informações ver também Pires (2003).

Um valor que se mantém constante quer entre os jovens quer nas gerações mais velhas e que se pode considerar relativamente baixo quando comparamos, por exemplo, com a média europeia de pertença (56%)<sup>37</sup>.

O associativismo português é muito fragmentado por temáticas e é com alguma frequência cumulativo. Se regressarmos à comparação entre a situação portuguesa e os modelos de sociedade informacional atrás enunciados, também ao nível da pertença a associações os valores para Portugal (1,3) do número de associações em que se encontram envolvidos os cidadãos está exactamente no meio do intervalo entre os valores caracterizadores do modelo *Silicon Valley* (1,1) e os do modelo *Finlandés* (1,8).

As pertenças mais frequentes remetem para associação/clube desportivo (46,2% dos que declaram pertencer a alguma associação); associação cultural e recreativa (18,5%); sindicato (11,3%); associação profissional (10,4%); e associação religiosa e paroquial (7,8%). Ainda assim, quando se participa em alguma associação o grau de envolvimento é elevado para a maioria dos participantes, em média quase sempre acima dos 70%. Sendo os casos de maior participação os presentes nos membros de associações ecologistas e de protecção de animais (100%). Por sua vez as taxas de participação mais baixas registam-se nas associações de consumidores e de defesa dos direitos humanos (50%). Os sindicatos (58,6%) e partidos políticos e ONG solidárias (64,3%) encontram-se por sua vez bastante próximas dos valores da maioria dos tipos de associações listadas na nossa análise.

Um dos indicadores de uma sociedade informacional é também a relação entre essa sociedade e os seus *media*, isto é, tanto a liberdade dos meios de comunicação em expressarem livremente as notícias e as opiniões como também a relação entre os fruidores e produtores de informação.

Os valores de liberdade dos meios de comunicação para Portugal (17) encontram-se dentro do intervalo definido para o segundo grupo (11-20 numa escala de 0 a 100, sendo 0 a liberdade total) e do valor médio que caracteriza a liberdade de imprensa nos países com economias avançadas (17) e onde existe maior liberdade de imprensa (embora com valores inferiores aos da Finlândia e EUA, respectivamente com rácios de 10 e 17, am-

<sup>37</sup> Adaptado de Eurobarometer 50.1 (1998).

bos pertencendo ao grupo com maior liberdade de comunicação)<sup>38</sup>. Para a caracterização da liberdade dos meios de comunicação são tomados em conta o enquadramento legal da actividade jornalística, as influências políticas e as pressões económicas sobre a liberdade de comunicação. Portugal entre 2001 e 2003 melhorou o seu rácio geral em 2 pontos (passando de 17 para 15), seguindo uma tendência similar à da Finlândia, enquanto os Estados Unidos tiveram um comportamento oposto (de 17 para 19) e Singapura continua a ser considerado um país sem liberdade para os meios de comunicação<sup>39</sup>. A evolução positiva de Portugal mascara no entanto que o valor final se fica a dever a uma avaliação positiva da evolução das leis e da regulação que eventualmente influenciem o conteúdo dos *media*, a qual é contrabalançada por uma deterioração das pressões económicas sobre o conteúdo dos *media*. Citando o relatório *Press Freedom Survey* de 2003, "Embora a maioria dos meios de comunicação sejam independentes do Estado, no entanto, a posse de jornais, rádio e televisão encontra-se nas mãos de apenas quatro companhias de *media*"<sup>40</sup>.

### Uma aproximação à rede global

Este capítulo, a partir dos dados existentes, teve a intenção de situar a realidade de Portugal no contexto global através da apresentação de um panorama mundial em que se comparou a difusão e os usos da internet com o posicionamento de Portugal em termos de modelo de sociedade informacional.

Os dados sobre Portugal, que são a base de todos os outros capítulos, foram produzidos a partir do nosso próprio inquérito; mas para a análise dos outros países, dependemos de fontes heterogéneas, com definições e metodologias nem sempre compatíveis.

De facto, quando os investigadores não podem gerar a sua própria base de dados, as estatísticas sobre a realidade sociológica representam um quebra-cabeças de peças desiguais que não são fáceis de encaixar. No caso da internet, com as fontes que existem actualmente, este quebra-

<sup>38</sup> Ver quadro 3.33.

<sup>39</sup> Iguais posições surgem quando se olha para a análise da presença *on-line* na internet, Finlândia Portugal e EUA encontram-se entre os menos restritivos às liberdades de comunicação e Singapura encontra-se entre os moderadamente livres (*Press Freedom Survey* 2001).

<sup>40</sup> Em <http://freedomhouse.org/pfs2003/pfs2003.pdf>

cabeças é praticamente irresolúvel. Interesses e finalidades diferentes, metodologias próprias e, também, difusão parcial dos resultados, dão origem a uma amálgama de dados, muitas vezes consideravelmente divergentes, que tornam muito difícil desenhar o mapa da realidade da internet no mundo.

Em todo o caso, fizemos um esforço para definir, a partir das fontes mais fiáveis, qual é o grau de penetração da internet na Europa e no mundo, e também qual é o ritmo de crescimento em cada uma das zonas, para comparar com o nível e ritmo da difusão da internet em Portugal.

Pode-se afirmar que em Março de 2003 o conjunto dos utilizadores representa aproximadamente 11% da população mundial. Concentra-se basicamente na Europa (31,5% do total de utilizadores), na Ásia/Pacífico (30,9%) e nos EUA e Canadá (30,2%). A penetração na América Latina (5,5%), em África (1%) e no Médio Oriente (0,8%), é muito lenta, mas não é nula.

Contra a ideia de que a internet é um fenómeno essencialmente norte-americano, é importante assinalar que, apesar de ter sido aí que tudo começou, é muito claro que já deixou de o ser. O facto de que a proporção de utilizadores daquela zona sobre o total de pessoas que utiliza a internet no mundo ter baixado de 62,5% em 1999 para menos de 30% em 2003 é uma prova da difusão mundial da internet.

Se bem que o ritmo explosivo desta difusão se tenha tornado mais lento ao entrar em zonas menos desenvolvidas e com populações menos escolarizadas, temos de recordar que se passou de uns 16 milhões de utilizadores em 1995 para cerca de 650 milhões, em meados do ano 2003. Este número faz da internet o meio de comunicação de mais rápida difusão na história da humanidade. Todavia, os dados apresentados demonstram claramente a grande desigualdade no processo de difusão da internet nas diferentes regiões mundiais: entre as quase duas terças partes de utilizadores no conjunto da população dos EUA e Escandinávia, aos 1% em África, passa-se por diversas situações intermédias reflectidas de maneira aproximada nas estatísticas recolhidas nestas páginas.

Como estar ligado à internet é cada vez mais uma condição indispensável para a educação e desenvolvimento das pessoas, regiões e países, surge uma questão clara, acerca de quanto tempo durará esta fractura digital. É evidente que à medida que a internet penetra em áreas do

mundo e sectores da população com recursos económicos e culturais mais baixos, o seu ritmo de difusão diminui. Consequentemente, se não se fomentam políticas públicas nacionais e internacionais que incentivem os usos da internet, fomentando a produção de conteúdos úteis e de infraestruturas adequadas a baixos custos, vai continuar a existir uma diferença significativa entre quem está ligado e quem não está, seja por que não tem possibilidade, seja porque não tem incentivos suficientes. No caso de Portugal, e segundo os dados do nosso inquérito, se é verdade que cerca de 29% da população é utilizadora directa da internet, e ainda que cerca de outros 10% têm de algum modo e alguma vez tentado aproximar-se da utilização da internet, a maioria da população (61%) é ainda constituída por não utilizadores.

A situação de decisiva desigualdade educativa e cultural que se configura em todas as sociedades - inclusivamente na nossa - pode agudizar-se perigosamente com a desigualdade tecnológica de acesso ao meio em que, actualmente, está concentrado o potencial de informação e comunicação da humanidade, uma espécie de transformada e moderna biblioteca de Alexandria, de base global, sempre acessível, navegável e, por isso, ligada, por cabos onde circulam bits.

Se a origem e o destino desta informação são cada vez mais diversificados, a língua de comunicação continua a ser essencialmente o inglês, a língua franca da nossa era. E embora os dados sobre este facto sejam escassos, produto de arriscadas metodologias de avaliação indirecta, em todo o caso, é possível estimar que duas terças partes das páginas da *World Wide Web* são em inglês.

Também os estudos relativos à língua na internet pública revelam uma certa estabilidade no domínio do inglês, que se mantém à volta dos 72% em todos os sites públicos em 1999 e em 2002.

A estabilização do nível de uso do inglês, num contexto em que o número de utilizadores da internet aumenta consideravelmente, significa que as outras línguas aumentam a sua presença muito mais rapidamente. É este o caso do japonês e, em menor escala, do espanhol, que se situa em segundo lugar a seguir ao inglês, segundo a percentagem de páginas na web, cerca de 5,9%, numa das poucas avaliações disponíveis.

Em termos gerais, a nossa hipótese é que à medida que a internet se difunde nas diferentes áreas do mundo, a escala linguística configura-se a dois níveis: numa presença da língua própria de cada cultura e na língua



franca de comunicação global, que é o inglês. Entre a diversidade incoerente municipal e a dominação cultural linguística estabeleceu-se uma relação cultural fluida que tem em conta tanto a realidade local como a global.

O mundo da internet tende para a comunicação de banda larga, decididamente favorecida por políticas públicas (já é uma realidade maioritária entre os utilizadores da Coreia e, em menor escala, noutros países da Ásia/Pacífico).

Detecta-se, contudo, que numa série de países acontece o seguinte: uma falta de procura de banda larga porque não há conteúdos realmente atractivos para as pessoas e uma falta de investimento em infra-estruturas à espera que esta procura seja uma realidade. Por isso, a iniciativa pública, ao proporcionar serviços de educação, saúde, cultura, informação, participação e cidadania, que requerem capacidades de comunicação consideráveis, é a condição necessária para que as pessoas se liguem e os operadores se decidam a investir acima dos limites actuais. Apesar de todas estas restrições, o incremento da banda larga foi considerável, em 2002 e 2003. Em Portugal, segundo a ANACOM, o ADSL e Cabo re-presentavam em 2001 apenas cerca de 96 mil ligações quando em 2002 atingia já mais de 257 mil.

Podem pensar-se que mais do que a proporção estrita de utilizadores, será crescentemente a ligação de banda larga o indicador adequado para medir o desenvolvimento da sociedade em rede e toda a sua diversidade de práticas.

No entanto, o desenvolvimento da sociedade em rede depende também do modelo de desenvolvimento informacional que um dado país segue. Dependendo da estrutura de emprego, da infra-estrutura tecnológica, da produção de conhecimento, da abertura ao mundo e à informação, podem gerar-se diferentes modelos de sucesso económico, mas com características bastante diferentes.

Portugal no início do século XXI permanecendo basicamente uma economia proto-industrial, mas não se afirmou ainda como economia informacional. No entanto, há sinais claros de uma transição, embora ainda de carácter incipiente e de resultados ainda largamente em aberto.

Nos capítulos seguintes será exposta a análise realizada a partir da observação do conjunto de práticas associadas à utilização da internet em Portugal.

## Capítulo 4

### Padrões de uso da internet na sociedade portuguesa

O contacto com as novas tecnologias, designadamente com a internet, está longe de ser uniforme entre a população portuguesa. Pelo contrário, o grau de proximidade a este meio de comunicação é bastante diversificado entre diferentes categorias e grupos sociais, podendo identificar-se contextos em que a familiarização com a internet é já bastante profunda a par de outros em que é total o ataxamento face a esta tecnologia. Mais do que uma especificidade portuguesa, esta situação é reflexo directo da natureza gradual dos processos de difusão de qualquer inovação, sendo assim comum à generalidade dos países com graus de desenvolvimento semelhantes.

Até certo ponto poder-se-á esperar que, à semelhança do registado quanto à televisão ou ao telefone móvel<sup>1</sup>, a internet se venha a estender a uma ampla maioria da população, indicando então a plena afirmação da sociedade em rede. Para já, tal não é ainda o caso. A análise do perfil social dos utilizadores da internet em Portugal, na Primavera de 2003, pode assim constituir um bom guia de entendimento das características particulares da sociedade em rede no país, no seu actual momento de desenvolvimento, permitindo ainda antever algumas das oportunidades e limites da sua expansão a curto e médio prazo.

#### Quem utiliza a internet? Velhas e novas desigualdades

Os níveis de utilização da internet em Portugal mantêm-se, conforme analisado no capítulo anterior, inferiores aos registados noutros países eu-

<sup>1</sup> Note-se que, segundo os dados apurados, no total da população portuguesa 43,3% possuem telemóvel e telefone fixo, 18,3% possuem só telefone fixo, 28,6% dispõem apenas de telemóvel e 9,7% não detêm qualquer tipo de telefone.